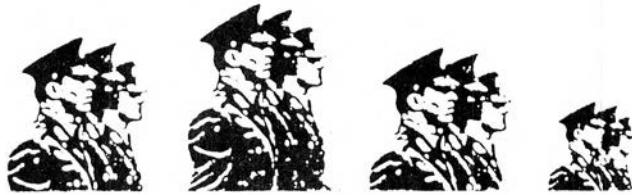


tempo e presença

publicação mensal do CEDI
número 174
março/abril de 1982

A VIDA AMEAÇADA





ARMAMENTISMO: UM PROBLEMA CIVIL E UMA QUESTÃO PARA A IGREJA?

A Guerra das Malvinas provocou uma série de pronunciamentos e declarações dos militares brasileiros que trazem indagações sobre a política armamentista no Brasil e o lugar que ocupa na produção de armas. Os jornais estão anunciando os progressos conseguidos pelo país no campo dos artefatos nucleares. Pelo que se pode depreender falta pouco (talvez três anos) para podermos fabricar nossa bomba atômica.

Este número trata dos problemas relacionados com o aumento da produção de armas, nucleares ou não, e suas prováveis e previsíveis consequências. Ainda mais, estamos reproduzindo documentos que mostram a preocupação e a reação de cristãos de diferentes países frente à corrida armamentista e a responsabilidade das Igrejas.

As diferentes perspectivas mostram que, tendo aumentado o poder destrutivo de forma incalculável, torna-se urgente o crescimento da participação dos diversos setores da sociedade na discussão e deliberação sobre a política das armas e da guerra.

Que tamanha responsabilidade não fique circunscrita às forças militares de cada país é uma verificação constante em todos os pronunciamentos. Trata-se de descobrir de que maneira outras vozes podem ser ouvidas nas questões de desarmamento.

Além disto percebe-se, com clareza, a importância desta participação em questões de orçamento. A pobreza de alguns países latino-americanos contrasta com as enormes quantias destinadas à indústria bélica, como é o caso de Argentina e Brasil.

O conflito Argentina-Inglaterra demonstra como alguns setores da população e da Igreja especialmente conseguiram separar, com nitidez, os elementos implicados na Guerra, como se pode perceber nos depoimentos do teólogo argentino Miguez Bonino.

Nosso objetivo é ajuntar nossas preocupações àqueles que, através dos anos, procuram alertar as autoridades de nosso tempo para a extensão do problema e para a dimensão social que cobre duas vertentes principais: a sobrevivência da humanidade e a disparidade da qualidade de vida nos diferentes países e no interior de cada sociedade.

Tempo e Presença Editora Ltda.

 Diretor
 Domicio Pereira de Matos

 Conselho Editorial
 Paulo Ayres de Matos
 Leticia Cotrim
 Heloisa Martins
 Aluisio Mercadante
 Zwinglio Mota Dias
 Neide Esterci
 Jether Ramalho
 Carlos Rodrigues Brandão
 Elter Dias Maciel

 Fotolitos e Impressão
 Clip — Rua do Senado, 200
 Tel.: 252-4610

 Composição.
 Gráfica Editora Prensa Ltda.
 Rua Comandante Vergueiro
 da Cruz, 26
 Olaria — Tel.: 280-8507

 Assinatura anual: Cr\$ 1000,00
 Remessa em cheques pagáveis no
 Rio para Tempo e Presença
 Editora Ltda.
 Caixa Postal 16082
 22221 Rio de Janeiro, RJ

 Publicação mensal
 Registro de acordo com a
 Lei de Imprensa

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

 Rua Cosme Velho, 98 fundos
 Telefone 2055197
 22241 Rio de Janeiro, RJ

 Av. Higienópolis, 983
 Telefone 667273
 01238 São Paulo, SP

 Editor Geral
 Elter Dias Maciel

 Redatores
 Carlos Cunha
 Rubem T. de Almeida
 Luis Roncari
 Edin Abumanassur

 Equipe de Arte
 Anita Slade
 Martha Braga

 Produtor Gráfico
 Roberto Dalmaso

 Assinaturas e Expedição
 Valéria Carrera Roura

George Kenham

A ÚNICA MANEIRA DE ESCAPAR DO PESADELO NUCLEAR

QUE PODEMOS FAZER?

Faltam-nos as palavras adequadas para expressar a enorme seriedade de nossa situação atual. Não é somente o fato de que os E.U.A. estão no momento — a partir de um ponto de vista político — em conflito com a União Soviética, e que o processo de comunicação nacional entre os dois governos apresenta um desmoronamento completo; mais importante ainda é a constatação de que a resolução final das políticas em conflito destes dois governos tenham desembocado num tipo e volume de armamentos que possivelmente não poderia ser usado sem um total desastre para todos.

Durante mais de trinta anos, pessoas sárias e de visão mais ampla tinham-nos advertido acerca da inutilidade de toda guerra em que se utilizem armas nucleares, e acerca dos perigos relacionados com sua produção. Algumas das primeiras vozes que se levantaram foram as de grandes homens de ciência, incluindo, em destaque, a do próprio Albert Einstein. Mas não tem faltado outras. Cada presidente dos Estados Unidos, desde Dwight Eisenhower até Jimmy Carter, tem tratado de lembrar-nos que não pode haver vitória em uma guerra na qual tais armas sejam utilizadas. A mesma coisa tem sido feita por outras pessoas proeminentes.

SUPERABUNDÂNCIA É INÚTIL

Hoje em dia, ao recordar a história de tais advertências, tem-se a impressão de que algo se perdeu em termos da urgência, da esperança e da expectativa que as inspiraram quando começaram há tantos anos. Quando se coloca o tema, sente-se, ainda por parte daqueles que

hoje percebem mais agudamente o problema e que interiormente estão mais familiarizados com a questão, certo desalento, resignação e talvez até desesperança.

O perigo é demasiado óbvio. Muito já se tem falado a este respeito. Que proveito há em repetir? Que benefícios poderiam advir da denúncia? Basta olhar as cifras. Em todos estes anos a competição na corrida armamentista nuclear tem prosseguido constantemente, sem a mínima consideração para com estas vozes de advertência. Continuamos acumulando arma sobre arma, míssil sobre míssil, novos níveis de destruição sobre os antigos. Temos feito isto desesperadamente, quase involuntariamente: como vítimas de uma espécie de hipnotismo, como homens que dormem, como ratos marchando para o mar, como as crianças de Hamelin que avançam cegamente atrás de seu flautista.

E o resultado é que na criação destes aparatos e seus meios de produção temos alcançado hoje — nós e os russos — níveis de superabundância de dimensões tão grotescas que desafiam a compreensão humana.

Falo de superabundância. Não conheço melhor maneira de descrevê-lo. Mas, de fato, a palavra é demasiadamente suave. Significa que poderia haver níveis que não fossem excessivos. Pessoalmente duvido que haja. Pergunto-me se estes artefatos são realmente armas. Uma arma verdadeira é, na realidade, algo com o que se procura causar impressão em outras sociedades ao influir nas mentes, nos cálculos, nas intenções dos homens que as controlam; não é uma coisa com a qual se destroem indiscriminadamente as vidas, a alma, as esperanças, a cultura, a civilização de outro povo. Que enorme confissão de pobreza intelectual seria — que bancarrota de governos inteligentes — se tivéssemos que admitir que esses



atos de destruição, cegos e sem sentido, seriam o melhor uso que se pode dar àquilo que consideramos como os elementos primordiais de nosso poderio militar! Para mim, a bomba nuclear é a arma mais inútil jamais inventada. Não pode ser usada em nenhum propósito racional. Nem é, sequer, uma defesa efetiva contra si própria. É somente algo com o qual, num momento de pânico ou de petulância, se cometem tão pavorosos atos de destruição que ninguém mentalmente são jamais deseja-ria ter em sua consciência.

DISSUASÃO APENAS?

Há quem dê, com um suspiro, seu acordo à maior parte do que disse, mas que assinalará a necessidade de algo chamado dissuasão. Este é, naturalmente, um conceito que atribui a outros — a outros que, como nós mesmos, nasceram de uma mulher, caminham sobre dois pés e querem a seus filhos, em resumo: a seres humanos — as tendências mais vis e desumanas. Pois bem, ainda aceitando, em razão da dissuasão, o argumento da profunda iniqüidade destes adversários, ninguém poderia negar, imagino, que os atuais arsenais soviéticos e americanos que têm um poder destrutivo um milhão de vezes maior que a bomba de Hiroshima, são simplesmente um absurdo fantástico para tal propósito.

Se fossem mantidas as mesmas proporções relativas, bem menos de vinte por cento destes estoques seriam mais do que suficientes para os mais sangrentos conceitos de dissuasão, seja entre as duas superpotências nucleares, seja em relação a qualquer outro dos governos que têm sido tão mal assessorados e entram na corrida nuclear. Quaisquer que sejam as suspeitas de uns e outros, não há desculpa por parte destes dois governos para manter dirigidas, um contra o outro, e, em certo sentido, dirigidas contra todo o hemisfério norte, quantidades destas armas em proporções tão absurdas para qualquer necessidade demonstrável e racional.

Como nos metemos neste atoleiro tão perigoso? Não mistiquemos a questão culpando nossos adversários soviéticos de tudo. Eles têm, obviamente, sua parte de culpa, e não menos, no seu brusco abandono do Plano Baruch há muitos anos atrás. Eles também cometem erros, e eu seria o último a negá-lo. Mas devemos lembrar que fomos nós, os americanos, que, em quase todos os passos do caminho, tomamos a dianteira no desenvolvimento deste tipo de armamento. Fomos nós os primeiros que fizemos e provamos tais aparelhos; nós que introduzimos os mísseis de ogiva múltipla; nós que temos recusado toda proposição de referência ao princípio de "primeiro uso"; e somente nós — Deus nos ajuda — que

temos usado essa arma com ódio contra outros e contra centenas de milhares de não-combatentes indefesos.

Sei que havia algumas razões para isto. Sei que outros poderiam ter tomado a dianteira se nós não o tivéssemos feito. Mas, frente a estes antecedentes, não nos percamos em alardes de retidão e de hipocrisia e não esqueçamos nossa própria parte de cumplicidade na origem da situação que enfrentamos hoje.

DINÂMICA PRÓPRIA

O que, se não nossa própria vontade e a suposta mal-dade de nossos inimigos, é então o que nos trouxe a este caminho?

Penso que a resposta é clara. É, primordialmente, o ímpeto interno, o ímpeto independente da corrida armamentista mesma — as "premências" que surgem e se apoderam das grandes potências, quando elas passam a competir umas com as outras na construção de armas cada vez maiores e de qualquer tipo.

É possível sair deste círculo encantado e vicioso? É bom reconhecer que ninguém, que eu saiba, pelo menos, o fez ainda. Mas ninguém, tampouco, jamais se defrontou com uma catástrofe tão grande, uma catástrofe tão inevitável. Outros, em décadas anteriores, puderam embriagar-se com algo chamado "vitória". A nós, talvez afortunadamente, nos é negada essa perspectiva sedutora. Temos que sair do círculo. Não temos outra alternativa.

COMO FAREMOS ISTO?

Devo confessar que não vejo possibilidade de fazê-lo por meio de discussões na linha das negociações que de quando em quando, se estão levando a efeito, sob o SALT, nesta última década.

Lamento, deveras, que o recente acordo de SALT não tenha sido ratificado. Lamento porque se os benefícios que se esperavam desse acordo eram de pouca importância, suas desvantagens eram ainda menores; e teriam um valor simbólico que não deveria ter sido sacrificado com tanta rapidez.

Eu, porém, não tenho, repito, nenhuma ilusão quanto às negociações do modelo SALT — negociações estas nas quais cada lado está obcecado pela quimera de uma vantagem relativa e só procura manter o máximo de ar-

mamento para si próprio enquanto permite a seu oponente o máximo de desvantagens —, nenhuma ilusão de que tais negociações possam jamais ser eficazes para tirar-nos deste buraco. Não são maneiras de escapar da corrida armamentista, antes parte integral dela mesma.

Qualquer um que não entenda que tratando-se de armas nucleares, o conceito global de vantagem relativa é ilusório — qualquer um que não entenda que, quando se fala sobre quantidades absurdas e descabidas de matança, o tamanho relativo dos arsenais não tem qualquer significado sério — e qualquer um que não entenda que o perigo jaz não na possibilidade de que alguém mais pudesse ter mais mísseis e ogivas nucleares do que nós mesmos possuímos, senão na existência destas mesmas quantidades desmedidas de explosivos altamente venenosos e sua existência, sobre tudo, em mãos tão frágeis e trêmulas e informais como as nossas próprias, ou as de nossos adversários, ou mesmo nas mãos de qualquer outro simples ser humano; qualquer um que não entenda estas coisas, jamais poderá fazer-nos sair fora deste cada vez mais escuro e ameaçador bosque de desatinos pelo qual todos temos vagado.

REDUÇÃO IMEDIATA

Não vejo outra saída para este dilema que não seja uma envolvente largada — uma largada que eliminasse com precisão cirúrgica as ansiedades exacerbadas, os pessados autoengendrados e os cálculos sofisticados da destruição, nos quais todos estamos envolvidos nos últimos anos, e nos permitisse levar-nos, com coragem e decisão, ao centro mesmo do problema.

Há pouco tempo o Presidente Reagan declarou, sabiamente, creio, que ele “negociaria até onde fosse necessário para reduzir o número de armas nucleares até um ponto em que nenhum dos dois lados ameaçasse a sobrevivência dos outros”. Este é sem dúvida, o pensamento para onde se dirigem estas minhas observações. Porém, pergunto-me se as negociações realmente chegariam a ir tão longe.

O que eu gostaria de ver o Presidente fazer, depois da devida consulta ao Congresso, teria sido que propusesse ao governo soviético uma redução imediata de cinqüenta por cento dos arsenais nucleares que atualmente mantêm as duas superpotências — uma redução que afeta igualmente a todas as formas de armamento, estratégias de médio alcance e táticas, assim como a todos os meios de produção — tudo isto para ser levado a efeito imediatamente e sem mais disputas entre os entendimentos, e que fique sujeito a meios nacionais de verificação



GASTOS MILITARES

Gastam-se atualmente um milhão de dólares (cento e sessenta milhões de cruzeiros) em armas, por minuto.

Em 1981, os gastos com armamentos atingiram a soma de cento e vinte dólares (dezesseis mil cruzeiros) para cada habitante de nosso planeta.

O que um só habitante desta nossa terra gasta em alimento, moradia, água e escola durante **um ano**, gasta-se com armas em duas semanas.

Deszeis milhões de crianças nos países em desenvolvimento gastam durante um ano de atividade escolar o correspondente ao custo de um só submarino Trident.

O custo de um só tanque de guerra daria para equipar quinhentas e vinte salas de aula.

As armas nucleares estocadas são equivalentes a um milhão de bombas como a de Hiroshima (cem mil mortos e milhares de feridos), e dariam para eliminar a vida sobre a terra dez vezes.

De 1945 a 1978, já se realizaram mil, cento e sessenta e quatro explosões-testes (subterrâneas, no mar e no ar) com objetivos “pacíficos”. Destroi-se assim o equilíbrio ecológico.

Fala-se da indústria armamentista como geradora de empregos. Pois bem, um milhão de dólares com gastos militares nos EUA criam setenta e seis mil empregos. Esta mesma verba aplicada em atividades civis geraria cem mil empregos e se canalizada através de estímulos fiscais a empresas particulares daria para cento e dez mil.

O que se gasta durante um ano com a preparação de um soldado, daria para educar sessenta crianças no mesmo período.

O Brasil encontra-se atualmente entre os sete maiores produtores e exportadores de armas. É um recorde.

Do Folheto “O que você pode fazer pela paz” (Ordem Teosófica)



como os que atualmente estão à disposição das duas potências.

O fato de que o critério de redução seja de equilíbrio bem preciso — que pudesse ser levado em conta para favorecer estatisticamente a um lado e a outro — não constitui o ponto de discussão. Uma vez que começamos a pensar assim, estamos novamente no mesmo caminho fatalista que nos trouxe até onde estamos atualmente. Quaisquer que sejam os resultados exatos dessa redução ainda restará um grande arsenal. Se esta primeira operação tivesse êxito, eu gostaria de ver, então, em ação, uma segunda que nos livraria de pelo menos dois terços do resto.

No momento, eu não tenho, certamente, nenhuma idéia dos aspectos científicos de tal operação; porém, posso imaginar que poderiam apresentar-se sérios problemas na tarefa de remover e desfazer-se, de forma segura, dos componentes radiativos de milhares de mísseis que deveriam ser desativados. Se fosse este o caso, eu gostaria que o Presidente unisse ao seu apelo a uma redução de cinqüenta por cento, uma proposta para que se estabelecesse um comitê científico conjunto soviético-americano, sob a tutela de uma reconhecida figura neutra, a fim de estudar em conjunto e com toda humildade o problema não somente da eliminação segura destes gastos, senão também o problema de como poderiam utilizá-los de tal modo que fossem uma contribuição à vida humana, seja nos próprios países, ou — talvez melhor — em algum outro lugar. Numa eventualidade científica, assim, ambos poderíamos reparar algumas de nossas loucuras passadas e estabelecer as bases para uma relação mais construtiva.

Poderá dizer-se que esta proposta, quaisquer que sejam seus méritos, trata só de uma parte do problema. Isto é absolutamente certo. Por detrás dela ainda se observariam as sérias diferenças políticas que atualmente nos separam do governo soviético. Por trás dela ainda estariam os problemas recentemente tratados, e ainda por tratar-se, na conferência de SALT. Por trás dela ficaria a grande dúvida sobre a aceitação da própria guerra, de qualquer guerra, mesmo a convencional, como um meio para resolver problemas entre as grandes potências industriais.

O RISCO NECESSÁRIO

O que se sugeriu aqui não deveria prejudicar o tratamento seguido até agora nestes assuntos, quaisquer que sejam os foros e as precauções que ambos os poderes considerem necessários. Os conflitos e argumentos sobre estes assuntos poderiam ainda prosseguir até satisfazerem

a todos aqueles que os considerem com um interesse tão apaixonado. Os riscos seriam simplesmente menores, e isto seria um grande alívio para todos nós.

O que “eu” estou sugerindo é, obviamente, só um começo. Mas tem que haver um começo, e se temos de começar, é melhor fazê-lo onde os danos são maiores e a necessidade é urgente. Se se conseguisse dar com êxito um passo dessa natureza, seria possível encontrar a coragem para enfrentar com maior confiança e determinação os múltiplos problemas restantes.

Argumentar-se-á que há riscos implicados nisso. Possivelmente existem. Eu não os vejo. Não nego a possibilidade de que existam. Mas se existem, e daí? É possível conceber perigos maiores do que aqueles que jazem no final deste caminho de conflito no qual estamos todos embarcados? E se não, por que escolher os maiores — porque aceitar, de fato, os maiores — de todos os riscos na esperança de evitar os menores?

Estamos frente a dois caminhos. No final de um deles está a esperança — uma esperança débil, frágil, se quisermos assim —, uma esperança incerta, rodeada de perigos, se insistirmos nisso. No final do outro não há, até onde sou capaz de ver, nenhuma esperança. Pode haver — à luz de nosso dever não somente para com nós mesmos (porque todos nós morreremos cedo ou tarde), senão de nosso dever para com nossa própria espécie, nosso dever para com a continuidade das gerações, nosso dever para com o grande experimento da vida civilizada neste raro, e rico, e maravilhoso planeta — pode haver, à luz destas exigências da nossa lealdade, alguma dúvida sobre qual caminho deveríamos tomar?

Na última semana de sua vida, Albert Einstein assinou o último dos apelos coletivos que teria de assinar contra o desenvolvimento de armas. Ele morreu antes que fosse tornado público. Era um apelo rascunhado, me lembro, por Bertrand Russel. Eu tinha algumas diferenças com Russel nesse tempo, como as tenho agora se olho para trás; mas eu gostaria de citar uma frase do parágrafo final de sua proposição, não somente porque foi a última que Einstein assinou, como também porque resume, acredito eu, tudo o que tenho que dizer a esse respeito. Diz assim:

“Apelamos como seres humanos a seres humanos. Lembram-se de sua humanidade e esqueçam-se do resto”.

George Kenham

Professor emérito do Instituto de Estudos Avançados, de Princeton, E.U.A. Ex-embaixador de seu país na União Soviética e na Jugoslávia. O texto é do discurso lido quando do recebimento do prêmio Albert Einstein para a paz, em Washington, a 19 de maio de 1981. Traduzido da Revista *Mensaje*, pp. 11-14, nº 306, Chile.

INFORMAÇÃO

O Debate Público Internacional sobre Armas Nucleares e Desarmamento foi convocado pelo Conselho Mundial de Igrejas para a Universidade Livre de Amsterdã, entre 23 e 27 de Novembro de 1981, com o objetivo de:

1. Fazer uma avaliação dos problemas colocados pela escalada da corrida de armas nucleares e dos conceitos de restrição e guerra nuclear limitada; e examinar o insucesso nos esforços para o desarmamento nuclear, e suas causas.
2. Auxiliar o desenvolvimento do pensamento cristão em algumas das questões principais.
3. Procurar meios pelos quais igrejas, grupos cristãos e outros possam ajudar a criar um clima de pensamento mais favorável ao desarmamento nuclear e meios concretos através dos quais possam contribuir mais efetivamente para isto.

O Grupo Debatedor escutou o Sr. Olof Palme, Presidente da Comissão Independente para Questões de Desarmamento e Segurança, bem como depoimentos de vinte e oito especialistas. Os nossos campos de investigação abrangeram desde teologia, até tecnologia, política, estratégia militar e ciência, e pesquisa de paz. Incluímos pessoas que estiveram envolvidas em altos níveis de formulação de estratégia militar, decisão política e negociações de desarma-

Debate Público Internacional sobre Armas Nucleares e Desarmamento

mento e de paz em diferentes regiões do mundo.

Durante quatro dias o Grupo escutou os depoimentos destes especialistas oriundos tanto do Leste quanto do Oeste, bem como de regiões do Terceiro Mundo, e apresentamos-lhe perguntas. Apresentamos agora a nossa resposta preliminar ao que foi ouvido.

Algumas conclusões finais que tenhamos serão submetidas ao Secretário Geral do CMI para consideração como elementos para:

- . os preparativos dos membros das igrejas para a Sexta Assembléia do CMI a ocorrer em Agosto de 1983, em Vancouver;
- . o programa contínuo do CMI para o Desarmamento e contra o Militarismo e a corrida armamentista;

. o programa do CMI de discussão entre ciência e tecnologia na questão de Ciência para a Paz.

A composição do Grupo Debatedor, bem como a ampla variedade dos especialistas, chamaram vivamente a nossa atenção para a natureza global dos problemas com os quais nos defrontamos. Pertencemos a um mundo, no qual as questões da paz, da justiça e da segurança são indivisíveis. Fomos seguidamente lembrados de que não pode haver segurança para ninguém num mundo onde alguns sentem a sua segurança ameaçada, nem pode haver paz duradoura enquanto as injustiças atuais permaneçam.

Embora seja tentador pensar em armas nucleares principalmente em termos de relações Leste-Oeste com centro na Europa, o fato é que as relações Leste-Oeste são, elas

Sessão plenária do Debate Público Internacional sobre Armas Nucleares e Desarmamento.



mesmas, apenas parte de um todo muito maior e mais complexo no qual fatores econômicos, políticos, ideológicos e estratégicos estão inextrinavelmente ligados. Além disso, nós tomamos consciência da extensão das atitudes geradas pela ignorância mútua, o medo e a competição, que dão uma distorção crescente à espiral da desconfiança.

Os desequilíbrios econômicos fomentados pelo excesso de programas armamentistas aumentam as frustrações e as injustiças que podem irromper numa guerra. As armas nucleares em si mesmas representam um incremento na longa história da beligerância que deve ser, em si, recusada como não mais aceitável num mundo redimido por Cristo. As próprias estruturas nacionais precisam, em última análise, ser colocadas em questão pelas igrejas que proclamam a unidade da humanidade.

Estes são problemas imensos e de amplas consequências que não podemos agora tentar analisar mais. Apenas apontamos para a sua complexidade, como um aviso contra qualquer crença simplista de que as armas nucleares podem ser avaliadas e tratadas isoladamente.

A crença dos Cristãos de que o mundo de Deus e a vida humana são uma questão sagrada compartilhada com outros povos de bem causará uma profunda repulsa à simples idéia de guerra nuclear. O uso atual de armas nucleares seria um mal irreparável. O Grupo levou em conta as ambiguidades morais e práticas da doutrina da dissuasão na qual o papel de tais armas se baseia; recebeu evidências convincentes das dificuldades de se manter mesmo uma guerra nuclear limitada sob controle: foi informado de vários fatos perturbadores sobre a condução atual de tal guerra, nada menos que a decisão de usar armas nucleares pode não estar nas mãos das autoridades políticas mais elevadas.

À luz da evidência condenamos sem reservas qualquer estratégia que implique ou defenda a luta através de guerra nuclear; uma guerra nuclear limitada poderia não permanecer limitada. Não acreditamos que a dissuasão nuclear forneça uma base estável ou aceitável para a paz, e tememos que a doutrina da guerra limitada apenas forneça um novo estímulo para os perigos.

Entretanto a proliferação, tanto vertical como horizontal, continua. As complexas forças motrizes por detrás da proliferação vertical foram colocadas em evidência por parte de cientistas, técnicos, estrategistas e políticos, alguns dos quais dão a impressão de haverem sido apanhados num sistema onde a responsabilidade última é difícil de ser definida.

Não é fácil discernir quando progressos tecnológicos geram estratégias militares,



Xilogravura de José Guadalupe Posada (México), usada em cartaz de manifestação antinuclear na Suécia.

ou quando o caso é o inverso. Os políticos, que têm de carregar a responsabilidade moral pelas decisões finais, dependem de fato grandemente do parecer de especialistas. Não é sequer certo que as negociações atuais para o controle de armas façam parar a proliferação. Foi explicitado a nós o ponto de vista de que períodos de negociação são por vezes indevidamente usados para ganhar mais tempo para uma escalada adicional no desenvolvimento de armamentos, e que novos sistemas de armas podem ser elaborados como elementos de barganha em certas negociações futuras.

Quando nos demos conta deste quadro notamos a tendência das diversas áreas para operar em moldes restritos, e a alocar grande parte da responsabilidade pela proliferação vertical fora de si mesmos. As igrejas podem desempenhar um papel muito útil estendendo estas correlações e trazendo os envolvidos ao diálogo mútuo, como aconteceu no próprio Debate.

A proliferação horizontal parece continuar. Os especialistas falarão-nos sobre capacidade em armas nucleares por parte de Israel e da África do Sul, e condenamos veementemente colaboração nuclear com qualquer país que esteja buscando desenvolver tal capacidade. Foi-nos dada pouca esperança de que a expansão de armas nucleares possa ser mantida dentro dos termos do Tratado de Não-Proliferação. Também fomos alertados para a má impressão da maioria dos países quanto à forma pela qual as potências nucleares tentaram manter um monopólio enquanto continuavam a expandir seus arsenais nucleares.

Foi-nos fornecida uma evidência positiva de alguns dos resultados das negociações para o controle de armas em estabelecer certos limites à corrida armamentista e verificamos que estes tiveram o efeito adicional de incentivar a circulação de informações entre as potências nucleares, mantendo os participantes em contato uns com os

outros. Instamos em que as negociações devem continuar, o processo SALT deve ser reiniciado, o CTB⁽¹⁾ concluído, e o NPT⁽²⁾ transformado num meio mais justo e efetivo. Também pedimos aos cristãos para orarem para que as negociações no Teatro das Forças Nucleares leve a uma autêntica redução das armas nucleares na Europa. Também expressamos um sentido de urgência na sugerida Conferência Europeia de Desarmamento. Mas ao mesmo tempo reconhecemos que tais negociações por si não parecem conduzir a reduções substanciais nas armas nucleares, e sua eventual abolição, o que acreditamos serem as únicas metas adequadas. Existe uma necessidade de novos sistemas de segurança de natureza antes política que militar, e medidas de estabelecimento de confiança têm um papel vital na criação das condições necessárias para isto. As negociações não deveriam tirar parte da preocupação particular onde as armas nucleares foram freqüentemente vistas como a esfera da circulação de poder nas relações internacionais.

O quadro assim traçado é acabrunhante; e existe mais o que dizer. Desde Hiroshima e Nagasaki, guerras em vários lugares do mundo exigiram milhões de vidas, e diversos conflitos prosseguem. A corrida de armas nucleares provoca vítimas da radiação, mesmo sem guerra nuclear, como no Pacífico. No entanto, a abolição de armas nucleares, embora essencial, não faria por si necessariamente, do mundo um lugar mais seguro ou sequer reduziria os gastos. Pelo que foi apresentado ficou a dúvida: se o desarmamento nuclear inevitavelmente levaria a um aumento das armas não convencionais, ou alternativamente a um desarmamento geral paralelo.

(1) CTB(T) – Comprehensive Test Ban Treaty
– Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares

(2) NPT – Non Proliferation Treaty: Tratado de Não-Proliferação



Manifestação antinuclear em Amsterdam, novembro de 1981.

Propostas multilaterais relativas ao desarmamento geral, embora aceitas em princípio, parecem não ter tido efeitos visíveis na prática. Em relação a isto percebemos fortes evidências para que se faça com que as negociações na Comissão sobre Desarmamento sejam multilaterais em todos os aspectos sem que se reservem questões importantes para negociações bi-laterais secretas.

SINAIS DE ESPERANÇA

Existem, apesar disso, sinais de esperança, e é parte da nossa vocação cristã perceber tais sinais e responder a eles com fé.

Primeiro entre eles está a condenação quase universal da guerra nuclear. Existem também laços de solidariedade crescentes entre povos de diferentes credos e culturas. Uma resistência popular cada vez maior contra armamentos nucleares em diversos países, tanto do Leste como do Oeste, está criando um clima político no qual as questões do desarmamento e controle de armas nucleares se tornaram assuntos centrais de preocupação. Alguns movimentos incluem considerações mais amplas sobre as relações entre desarmamento e desenvolvimento. Apoiamos tais movimentos, tanto como expressão de uma participação efetiva de grande número de pessoas em assuntos de vital importância para elas, bem como uma oportunidade para educação popular sobre paz, justiça e segurança. Recebemos evidências convincentes da eficácia de alguns destes movimentos, particularmente aqueles cuja tradição de educação se estende a muito anos, e instamos as igrejas e os cristãos, quando adequado, a desempenharem neles uma participação de responsabilidade.

Outros sinais de esperança podem ser encontrados na imensa variedade de sugestões quanto às peculiaridades do atual impasse. Fomos informados de igrejas pro-

fundamente dedicadas a trabalhar pela paz através de estabelecimento de procedimentos de confiança.

Pretendemos dar continuidade à proposta de novos procedimentos internacionais de negociação e acreditamos que teremos estudos mais aprofundados, junto com propostas de adoção de atitudes antes defensivas que ofensivas nas principais áreas de confrontação na Europa. Ouvimos ainda sobre a proposta, já feita pelo CMI, de um esfriamento nos testes, desenvolvimento e produção de toda arma nuclear, e esperamos que seja entusiasticamente endossado pela Igreja e que os problemas de verificação que se apresentarem sejam encarados com toda a atenção.

Outra proposta que desejamos recomendar é de iniciativas limitadas de desarmamento unilateral (ações independentes não-negociadas), que convidam a uma reação correspondente, mas que não têm de depender das incertezas de prolongadas negociações. A vantagem principal desta proposta é que poderia ser colocada em prática imediatamente, e poderia ser um instrumento da mudança do clima no qual tenham lugar futuras negociações. Também evita o critério correlato de que "podemos pensar em posições que outras nações podem alcançar".

Também foram feitas sugestões sobre zonas livres de armas nucleares em diferentes partes do mundo e endossamos a ideia como um primeiro passo no sentido de um desarmamento mais completo, desde que garantias legais de compromisso possam ser dadas aos estados não-nucleares, de que essas zonas serão inteiramente respeitadas. Desejamos acrescentar nossa consideração à evidência de que uma Europa nuclearmente livre será bem-vinda tanto para o Leste quanto para o Oeste.

Fomos também informados do firme desejo e novamente escutamos o apelo adotado

pela Conferência de Igrejas do Pacífico no sentido de um Pacífico nuclearmente livre.

Opomo-nos à continuação de testes nucleares no Pacífico.

Como Cristãos estamos ainda buscando métodos de maior confiabilidade de trazer a compreensão cristã para a condução de tais problemas complexos, e reconhecemos o papel desempenhado por aqueles que nos falam a partir de circunstâncias teológicas e políticas diferentes das nossas.

O testemunho das igrejas não pode, no entanto, deixar-se intimidar pela complexidade das questões em torno de Desarmamento Nuclear. A teologia Cristã, ainda por ser libertada de estruturas tradicionais de pensamento, tem a tarefa urgente de enfrentar estes aspectos prementes com base em compreensões novas ou renovadas extraídas da herança Cristã.

Mas o Deus vivente, em Jesus Cristo, não fala apenas através dos teólogos. As igrejas devem falar e agir agora, mesmo com o risco de certa simplificação, porque o perigo é enorme, e é a vida da própria humanidade que está ameaçada. Apesar disso enquanto a atribuição a longo prazo de finalizar o relatório do Grupo Debatedor e a tarefa necessária de reflexões teológicas novas prosseguem, o Grupo sente que as igrejas deveriam considerar com urgência:

a) Se a dissuasão impediu ou não preventivamente a guerra nuclear até agora, devemos ver a Graça de Deus adiando o dia do julgamento, com o objetivo de que tenhamos tempo de arrepender-nos e retornarmos à Razão.

b) A deslegitimização da produção, posse e uso de armas nucleares como crime contra a humanidade — exatamente como as igrejas fizeram com relação ao racismo e à guerra biológica.

c) Que em todas as partes do mundo dêem a máxima prioridade a medidas de estabelecimento de confiança entre nações e povos e desenvolvam medidas para superar o tão difundido cinismo, a falta de esperança e a indiferença, e desmacarem o pensamento egoísta nacionalista freqüentemente disfarçado em realismo em algumas expressões do pensamento cristão. Muitos Cristãos estão correndo perigo de serem envolvidos numa assustada paralisia pelas dimensões e complexidade dos problemas.

Tendo isto em vista instamos os nossos companheiros Cristãos a lidarem com estas vastas questões com um espírito de determinação e esperança.

(IDOC — outubro, novembro, dezembro, 1981)



Clóvis Brigagão

Colaborador do Instituto Brasileiro de
Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Rio de Janeiro
20 de novembro de 1981

O ESTADO ATUAL DA MILITARIZAÇÃO NO MUNDO NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

1. A corrida armamentista mundial entra numa nova espiral, em que Estados Unidos e União Soviética disputam a primazia quanto ao arsenal nuclear e ao desenvolvimento da tecnologia militar, o que leva a aumentar a percepção da opinião pública internacional de que uma guerra nuclear torna-se cada vez mais provável e operacional, particularmente no palco europeu.

Os gastos militares em termos reais têm tido um aumento anual de cerca de dois por cento. Segundo o SIPRI⁽¹⁾ Yearbook 1981 — World Armaments and Disarmament — o mundo gastou nas atividades militares cerca de quatro trilhões de dólares (preço de 1978), e os gastos militares mundiais estão agora acima de quinhentos bilhões de dólares ao ano.

Segundo o mesmo Yearbook, a NATO tem um crescimento anual em gastos militares de cerca de três por cento, enquanto somente os Estados Unidos terão um crescimento militar de sete por cento ao ano, durante os

próximos cinco anos, com um custo total de um bilhão e quinhentos milhões de dólares.

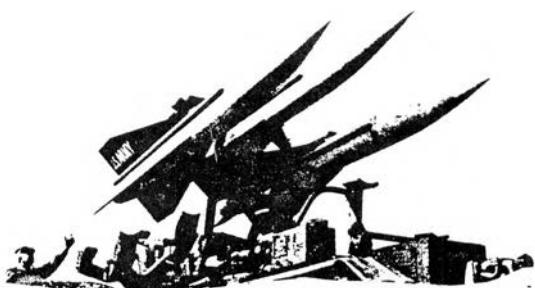
Quanto ao Pacto de Varsóvia também o aumento é enorme, com uma média para os países membros de cerca de vinte e cinco por cento. O orçamento militar da União Soviética é uma questão polêmica, pelo fato de que as autoridades soviéticas não fornecem dados reais a respeito de seu crescimento e, segundo alguns analistas, a União Soviética gastou cerca de cinqüenta por cento a mais do que os Estados Unidos, durante esta última década, embora outros considerem que os gastos militares dos soviéticos são cerca de um quinto dos Estados Unidos, e uma terceira interpretação considera que os dois superpotentes gastam mais ou menos a mesma quantia.

2. O que caracteriza hoje a produção de armamentos é a sua diversificação — armas convencionais e táticas — com novos fornecedores e outros numerosos compradores. Cerca de cento e trinta bilhões de dólares ao ano, com um comércio de trinta e cinco bilhões de dólares, seguido pelo comércio do petróleo. Os maiores fornecedores de armamentos são os Estados Unidos e a União Soviética que contam com setenta e cinco por cento do total de exportação de armas nos anos 70 (aviões, mísseis, veículos blindados e navios).

3. Uma nova tendência é a produção e a exportação dos países localizados no terceiro mundo. Sob a forma de licença, "joint-ventures" e associações com multinacionais ou companhias estatais de países avançados industrialmente, permitem alguns países do terceiro mundo adquirir uma capacidade produtiva e tecnológica necessária para entrar numa produção de larga escala em armamentos: Israel, Índia, Brasil, África do Sul e Argentina são os principais, com uma indústria local altamente desenvolvida. Embora a contribuição do terceiro mundo à exportação global de armas seja pequena, com três por cento do total, esta figura cresce ano a ano. *Mas cerca de setenta e cinco por cento das exportações de armas dos países industrializados vão para o terceiro mundo.*

4. Além desses elevados números com gastos militares há também o complexo problema do que se gasta em *Pesquisa e Desenvolvimento* para produção bélica. Cerca de quinhentos mil cientistas trabalham hoje na pesquisa e desenvolvimento militar com cerca de dez a quinze por cen-

(1) SIPRI — Stokholm International Peace Research Institute (Instituto Internacional de Estocolmo de Pesquisa para a Paz)



to dos gastos globais militares destinados a este setor. As inversões em P&D militar cresceram cerca de cinco vezes mais que a taxa de crescimento geral militar nos últimos vinte anos, e hoje, cerca de cinqüenta a cem bilhões de dólares são gastos anualmente em P&D militar. Gera-se portanto uma pressão estrutural para o crescimento militarista e armamentista no mundo, fazendo com que a área de inversão e produção bélica seja tomada como uma frutífera área de lucros para a inversão de capital.

Assim é que através da internacionalização da produção, comércio e transferência de tecnologia militar disseminam-se, em escala mundial, os meios de destruição mais sofisticados e catastróficos que a humanidade já presenciou.

5. América Latina

O Continente latino-americano não está alheio a este processo de militarização mundial. Particularmente, o aumento do gasto militar, a expansão do comércio de armas e o desenvolvimento da produção "nacional" de material bélico constituem os principais indicadores do armamentismo latino-americano. Esse aumento concentra-se especialmente nos países da América do Sul — que contam oitenta por cento dos gastos totais de toda a América Latina — com crescimento do número de homens em armas e com uma tecnologia cada vez mais sofisticada do ponto de vista de sua destruição.

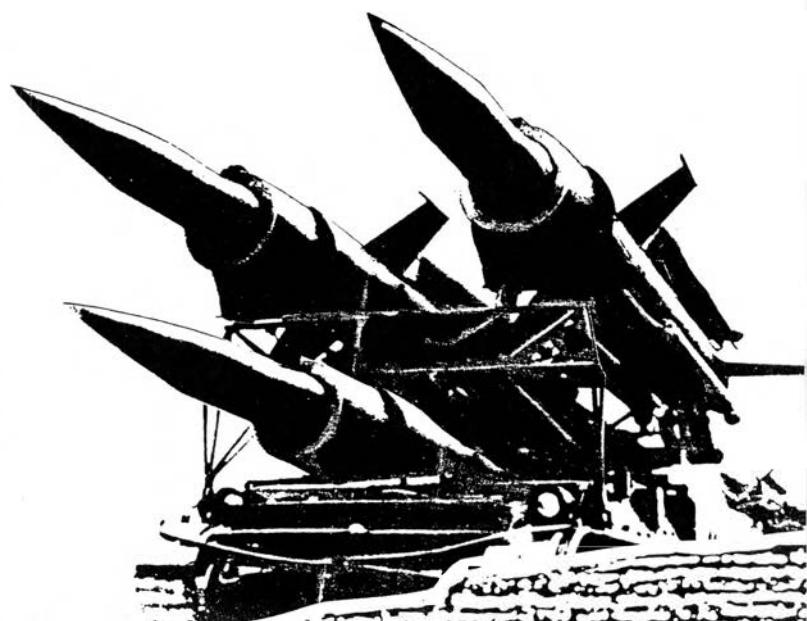
6. — No período 1970-1980 os gastos militares cresceram anualmente a um nível de cinco por cento, comparativamente pequeno em relação a outras regiões (África, Ásia e Oriente Médio) mas significativo em relação ao gasto na mesma região em períodos anteriores. Esse crescimento resulta notavelmente superior se se observa a evolução do gasto no grupo de países que são os principais "gastadores": Brasil, Argentina, Cuba, Venezuela, Peru, Chile, México com cerca de noventa e cinco por cento do total. Esta região transforma-se numa das três maiores compradoras de armamentos provenientes dos maiores fornecedores do mundo: Estados Unidos, Inglaterra, França, União Soviética, Itália, Alemanha Federal, Canadá, Austrália, Suécia, Suiça e Holanda. É importante assinalar que alguns países da região atuam como exportadores de armas, como Brasil e Argentina. Esta indústria, cujo desenvolvimento é recente e sem precedentes pela sua magnitude em aumento, converteu-se em um novo elemento do armamentismo latino-americano e constitui um fator importante na integração continental e em relação à dinâmica armamentista mundial. A transferência de tecnologia militar moderna — aviões, navios e blindados, além de mísseis e foguetes — dos países altamente industrializados não acarretaram uma redução dos recursos humanos das Forças Armadas latino-americanas. Pelo contrário, o número de homens em armas cresceu tanto em termos absolutos como relativos (proporção da população nacional em armas). Entre 1965 e 1975, o número de homens em armas subiu de setecentos e oitenta mil para quase um milhão novecentos e cinqüenta mil, um aumento de vinte e um por cento das Forças Armadas no Continente.

Brasil

Em menos de dez anos, de um sistema militar antiquado, a indústria bélica brasileira é hoje considerada a sexta do mundo, em termos de produção e desempenho no comércio internacional de armas. Há mais de trezentas empresas — estatais e privadas multinacionais e nacionais — diretamente ligadas à indústria bélica, empregando mais de vinte mil trabalhadores, com um total de vendas na ordem de um e meio a dois bilhões de dólares.

Esse empreendimento bélico nasceu nos anos 67 numa associação entre o Estado, as Forças Armadas, FIESP e companhias, e Governos estrangeiros. De inicio formou-se o Grupo de Mobilização da Indústria Nacional com o apoio do Exército para oferecer ao Governo um plano de reequipamento das Forças Armadas através da utilização da capacidade ociosa da indústria brasileira bem como preparar alternativas industriais, tecnológicas e financeiras à construção de uma indústria bélica competitiva, moderna e sofisticada, internacionalmente. Pouco a pouco, com o apoio dos centros de pesquisa e desenvolvimento militares (Centro Técnico Aeroespacial da Aeronaútica, Instituto Militar de Engenharia do Exército e Instituto de Pesquisas da Marinha), a indústria bélica brasileira iniciou sua carreira onde entra também a colaboração de Universidades (São Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Bahia) e de agências financeiras governamentais (Banco Nacional do Desenvolvimento Nacional, Banco do Brasil, Bancos Regionais de Desenvolvimento, bem como da FINEP e do CNPq).

Ao esforço inicial foi dado um novo impulso com a criação da Indústria do Material Bélico do Brasil (IMBEL). A IMBEL é uma companhia estatal, uma holding que conduz a política econômica do material bélico tanto interna como internacionalmente, com um capital de três bilhões de cruzeiros empregando cerca de três mil trabalhadores em suas sete fábricas diretamente ligadas a ela e com uma produção de trinta e um ítems.



Os gastos militares no Brasil duplicaram de 1974 a 1980 de um e meio bilhão de dólares para dois bilhões e duzentos milhões de dólares, sendo que quatro e meio por cento são para importações. Brasil exporta para todas as regiões do mundo, preferencialmente para os países do Terceiro Mundo e particularmente para o Oriente Médio (Iraque, Líbia, Emirados, etc.).

No momento uma nova Política Nacional de Exportação de Material Bélico (PNEMEM) está sendo implementada a partir do Conselho de Segurança Nacional sob o controle da IMBEL ampliando a capacidade da indústria bélica com fortes subsídios por parte do Estado.

Em termos reais, os gastos brasileiros em armas são de cerca de um e dois décimos por cento em relação ao Produto Nacional Bruto (um dos menores da América Latina) e de doze por cento do Orçamento Federal (sem contar os créditos especiais dotados durante o ano fiscal). Contudo tais números relativamente pequenos em comparação com o resto do mundo e da América Latina não equivalem a dizer que gastamos pouco, uma vez que, para manter essa enorme estrutura armada, o povo brasileiro está pagando um custo social indireto altamente pernicioso, já que socialmente o Brasil gasta pouco em educação, saúde, habitação. Num país que adquiriu a magnitude de ser a oitava economia mundial, o sexto país exportador de armas, não se explica por que temos ainda cerca de trinta a quarenta milhões de pobreza absoluta, carência de hospitais, de casas, de escolas, etc.

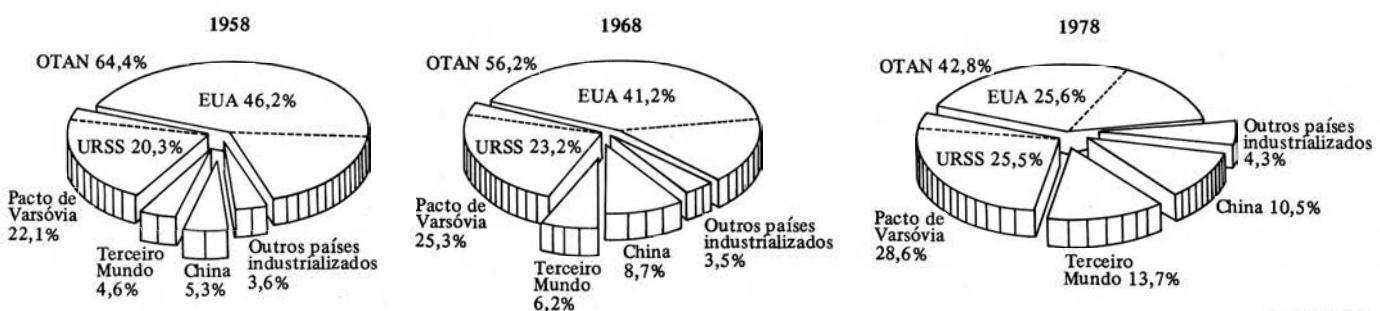
7. Consequências econômicas e sociais do Armamentismo

Os gastos militares mundiais implicam um enorme desperdício de recursos alocados, financeiros, humanos, matérias primas, de conhecimento e pesquisa, recursos que poderiam ser alocados para fins sociais. Para exemplificar, a Organização Mundial de Saúde nos últimos dez anos destinou oitenta e três milhões de dólares para pôr fim a algumas doenças endêmicas no mundo. Esta cifra não é suficiente para comprar um só dos modernos bombardeiros estratégicos utilizados pelos Estados Unidos ou pela União Soviética. Em torno de sessenta milhões de pessoas trabalham em todo o mundo direta ou indiretamente vinculados às Forças Armadas ou serviços militares. Equi-



vale ao total de mão de obra empregada em manufatura em toda a Europa. Em relação ao consumo de recursos não-renováveis os aviões militares dos Estados Unidos em tempo de paz consomem um terço do total do combustível consumido naquele país. Uma das consequências do armamentismo e da militarização mundial é que o setor militar tende a expandir-se e a ser um fator de reprodução ampliada independentemente das condições econômicas (mundiais da sociedade) produzindo restrições na economia civil. Com isto, são os gastos sociais e não os militares que diminuem quando diminuem as inversões públicas. Por outro lado, as pressões para manter e aumentar os gastos militares criam obstáculos à aplicação, e aos efeitos dos programas anti-recessivos, como o que estamos vivendo hoje na América Latina.

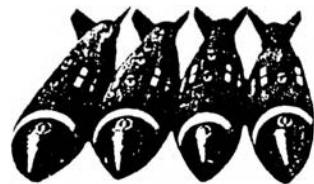
Distribuição dos gastos militares no mundo, 1958, 1968 e 1978



Fonte: SIPRI



Desnuclearização na América Latina



A América Latina é a única parte do mundo que está sujeita, como um todo, a certas medidas restritivas no campo militar. O tratado de Tlatelolco, de 1967, proíbe a experiência, o uso, a produção ou aquisição por quaisquer meios, da mesma maneira que o recebimento, a estocagem, a instalação, a multiplicação e qualquer forma de posse de armamento nuclear na América Latina. Os países que são responsáveis por esta vigilância (França, Países Baixos, Inglaterra e os Estados Unidos) se comprometem a aplicar o estatuto de desnuclearização militar através do Protocolo Adicional I, anexo ao tratado. Através do Protocolo Adicional II, os países que possuem armamentos nucleares se comprometem a respeitar o estatuto de desmilitarização nuclear da América Latina e não contribuir com atitudes que envolvam a violação do tratado, nem usar ou ameaçar os outros membros com armas nucleares.

A importância do estabelecimento de uma zona não nuclearizada, a primeira em área populosa, é inegável. Entretanto o tratado contém alguns ítems ambíguos que podem enfraquecer o impacto de seu controle. Um deles relaciona-se com as chamadas explosões nucleares pacíficas.

Estas explosões são permitidas pelo tratado e os procedimentos especificados. Estas atividades têm que estar em acordo com os ítems do tratado e nada pode ser feito no sentido de permitir qualquer dispositivo que seja capaz de liberar energia nuclear de maneira descontrolada, e que encerre

um grupo de características apropriadas aos propósitos de guerra. Alguns países interpretam estas precauções como proibitivas da confecção de dispositivos nucleares explosivos para propósitos pacíficos a menos ou até que se desenvolvam dispositivos nucleares que não sejam usados como armas. Outros consideram que o tratado sancionou explosões pacíficas envolvendo dispositivos usados em armamentos nucleares. Assim o importante problema da compatibilidade de um desenvolvimento nacional de dispositivos explosivos nucleares para fins pacíficos com a participação neste acordo para uma região sem armamento nuclear permanece sem solução.

Outro ponto controvertido é a extensão geográfica desta zona latino-americana desnuclearizada. A zona de aplicação do tratado abrange o território, o mar territorial, espaço aéreo e qualquer outro espaço sobre o qual o estado exerce soberania de acordo com "sua própria legislação". Mas tal legislação varia de país a país. Ao assinar o Protocolo Adicional II do tratado de Tlatelolco, a França, a Inglaterra, os Estados Unidos e a União Soviética afirmaram que não reconheceriam qualquer legislação que não estivesse dentro das normas fundamentais das leis internacionais, ou seja, a lei dos mares.

Podem existir maiores problemas, quando extensas áreas do alto mar nos oceanos Pacífico e Atlântico, centenas de quilômetros fora da costa dos estados signatários e sobre os quais nenhum estado tenha recla-

mado jurisdição, são incluídas na região desnuclearizada. Isto acontecerá mediante preenchimento dos seguintes ítems especificados no tratado de Tlatelolco; aceitação do tratado por todos os países da região que existiam quando o tratado foi firmado; aceitação dos Protocolos Adicionais I e II por todos os estados signatários; e a conclusão dos acordos de proteção com o I.A.E.A. (Agência Internacional de Energia Atômica).

Além disso, desde que nenhum transporte ou trânsito de armas nucleares tenha sido proibido explicitamente pelo tratado, aparecem problemas relacionados com estas atividades. De acordo com interpretação dada em 1967 pela Comissão Preparatória da Desnuclearização da América Latina (COPREDAL), não era, pelas razões seguintes, necessário incluir o termo "transporte" no artigo que tratava da obrigação dos membros. Se o país que transportasse pertencesse à zona desnuclearizada, o transporte seria coberto pela proibição de qualquer posse de armamento nuclear, "direta ou indiretamente, pelos participantes mesmos, por qualquer outro em seu proveito ou qualquer outra forma". Se o transportador fosse um estado não signatário, o transporte seria considerado idêntico a "trânsito". Neste caso, como argumentou a comissão preparatória, os princípios e regras da lei internacional deveriam prevalecer, o que significa que é prerrogativa do estado territorial, no exercício de sua soberania, garantir ou negar permissão para o trânsito. Ao acrescentar o Protocolo

Adicional II do tratado, França e Estados Unidos fizeram uma declaração conjunta concordando com o exposto enquanto a União Soviética reafirmou sua posição de que a autorização de trânsito de armas nucleares em qualquer forma seria contrária aos objetivos do tratado. A China considera que a ocorrência da possibilidade de transporte ou a liberação de transporte de armas nucleares sobre o território latino-americano, mar territorial ou espaço aéreo são proibidas. Realmente, uma vez que é permitido o trânsito de armas nucleares na América Latina, mesmo que limitado à condição de visitas passageiras e sobrevôos, será difícil assegurar que a região seja totalmente desnuclearizada.

O Tratado de Tlatelolco é significativo como o primeiro acordo que viabiliza uma restrição legal ao uso de armas nucleares. Mas nem todas as conquistas têm sido incondicionais. Os Estados Unidos e a Inglaterra têm reservado o direito de reconsiderar suas obrigações em relação a um país da zona desnuclearizada no caso de qualquer ato de agressão ou ataque armado por parte daquele país, sustentado pelo apoio ou assistência de uma potência nuclear. A União Soviética fez uma ressalva semelhante em relação a um membro do tratado que venha a cometer uma agressão com o apoio, ou juntamente com uma potência nuclear. Se estas garantias estão de acordo com o espírito do Protocolo Adicional II é uma questão pendente. O tratado mesmo não permite reservas.

O tratado de Tlatelolco foi especificamente elaborado para prevenir a emergência de potências nucleares na América Latina. A realização de seus propósitos exige aceitação por parte de todos os países da região. Entretanto, em 1981, quatorze anos após a assinatura do tratado, vários países da América Latina ainda não se encontravam ligados às suas propostas.

Cuba, que em 1962 permitiu o alojamento de armas nucleares em seu território, recusou-se a assinar o tratado, em função, principalmente, de suas relações com os Estados Unidos. Argentina somente assinou o tratado, enquanto Brasil e Chile assinaram e retificaram mas, diferentemente dos outros signatários, não se comprometeram com as exigências (mencionadas acima) que devem ser preenchidas (embora ainda não tenham sido) antes do tratado vigorar para todas as nações.

Entretanto, de acordo com a legislação internacional, Argentina, Brasil e Chile, como signatários do tratado de Tlatelolco, são obrigados a abster-se de atos que contrariem os objetivos e propósitos do tratado. (Nenhum destes países participou do tratado de não-proliferação de 1968.) A Guiana, antigamente território britânico, foi impedida de tornar-se membro do tratado em função de sua disputa com a Ve-

Relação das regiões importadoras do Terceiro Mundo e principais países importadores de armas. 1978.

Região importadora	Valor das importações (SIPRI)* 1975 milhões de dólares	Percentagem do total do terceiro mundo	Cinco principais países importadores	Valor das importações 1975 milhões de dólares	Percentagem do total da região
Oriente médio	6 583	43	Iraque Irã Israel Arábia Saud. Síria	1 423 1 393 1 377 1 081 626	22 21 21 16 10
Oriente	2 366	17	Coréia do Sul Vietnam Formosa Tailândia Indonésia	1 357 262 209 129 74	57 11 9 5 3
África (Sul)	1 560	12	Etiópia África do Sul Sudão Rodésia Nigéria	365 330 160 92 91	23 21 10 6 6
África (Norte)	1 158	8	Líbia Argélia Marrocos Tunísia	694 223 213 29	60 19 18 3
América do Sul	1 069	8	Brasil Argentina Peru Venezuela Equador	371 265 152 151 68	35 25 14 14 6
Sul da Ásia	1 019	7	Índia Paquistão Afeganistão Bangladesh Sri Lanka	750 118 77 73 2	74 12 8 7 0,2
América Central	192	1,3	Cuba Bahamas México El Salvador Panamá	98 48 20 8 6	51 25 10 4 3

* SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute (Instituto Internacional de Estocolmo de Pesquisa para a Paz).

nezuela sobre cerca de um terço de seu território. O tratado prevê que nenhuma decisão seja tomada no sentido da admissão de uma entidade política, quando parte ou totalidade de seu território seja motivo de disputa entre uma nação extracontinental e um ou mais estados latino-americanos. Os Protocolos Adicionais do tratado de Tlatelolco foram ratificados pelas potências envolvidas, com exceção da França, que, no fim de 1981, não era ainda signatária do Protocolo I.

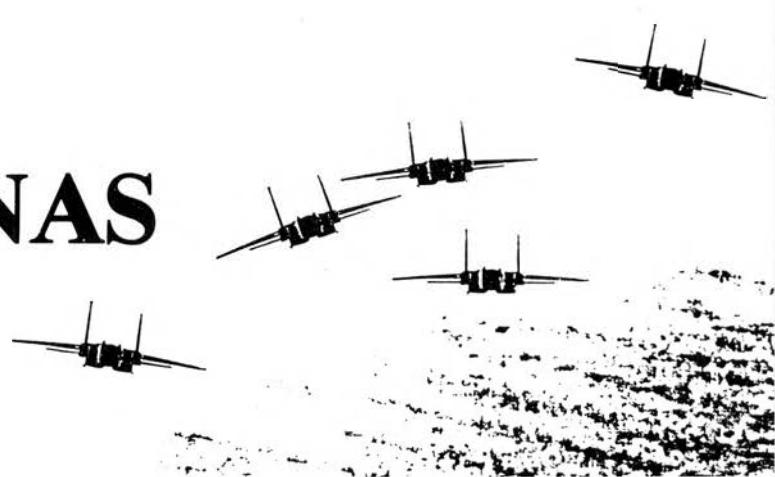
São as atitudes do Brasil e Argentina, os dois maiores países da América Latina e praticamente os únicos na área com possibilidades e aspirações às armas nucleares, que determinarão principalmente se a região permanece desnuclearizada. Isto é mais evidente desde que cada uma destas nações tem afirmado que, de acordo com sua interpretação, o tratado dá aos signa-

tários o direito de levar à frente, com seus próprios meios ou em associação com terceiros, explosões nucleares com propósitos pacíficos, incluindo explosões que envolvam projetos semelhantes àqueles usados em armas nucleares. Entretanto dispositivos explosivos nucleares "pacíficos" poderiam ser usados também como armas: são transportáveis e a quantidade de energia que são capazes de liberar poderiam causar destruição em massa. Qualquer uma destas nações explodindo este dispositivo se tornaria *de facto* uma potência nuclear, contrariando os propósitos do tratado de Tlatelolco.



A GUERRA PELAS MALVINAS

Uma interpretação do Dr. José Miguez Bonino,
teólogo metodista argentino e um dos presidentes do
Conselho Mundial de Igrejas.



As igrejas argentinas, tanto a católica como as igrejas evangélicas, tomaram posição frente ao conflito no Atlântico Sul tendo que levar em conta uma série de fatores muito concretos. Não foi uma decisão fácil.

Dentre esses fatores destaca-se em primeiro lugar que na consciência histórica argentina, em geral, as ilhas Malvinas foram sempre consideradas como parte do território argentino. Não há nenhum argentino que não tenha uma consciência bastante clara a esse respeito. A causa das Malvinas sempre foi encarada como uma causa justa. O mesmo não acontece com referência à questão do canal de Beagle, disputado pelo Chile, para a qual a maior parte dos argentinos só despertou quando se começou a falar a respeito há pouco menos de cinco anos. Nunca nenhum argentino se preocupou demasiado com esse problema, que continua não sendo considerado como algo vital para a maioria dos argentinos.

Ao contrário, as Malvinas foram sempre consideradas como um pedaço de terra argentina ocupada por outro país, mas que formava parte da Argentina. E isto está também, como não poderia ser de outro modo, na consciência dos membros das igrejas.

No entanto, a ação de tomar as Malvinas foi surpresa para todos, inclusive para a Igreja. Tal fato provocou algumas reações imediatas da parte de muitos setores da sociedade que tentaram interpretar a decisão do governo. Procurou-se entender: 1. Por que foi tomada essa medida justamente agora? 2. Consumado o fato, visto que a ação militar não foi objeto de consulta nem às igrejas nem ao povo (quem sabe o que teriam respondido?), a reação foi de respaldo não à ação em si, mas ao direito argentino sobre as ilhas.

Nunca pensamos e creio que nem o governo pensou (isto é apenas uma suposição minha), que o fato iria evoluindo até ao conflito bélico que temos agora. Em tal situação, as igrejas fizeram suas declarações sobre a situação. Quase todas as igrejas o fizeram. As igrejas protestantes, a Igreja católica. É de notar-se entretanto que a Igreja católica, como tal, falou muito pouco a respeito. Os que nela mais se pronunciaram foram os capelões militares. As igrejas protestantes se pronunciaram dando ênfase a três aspectos principais:

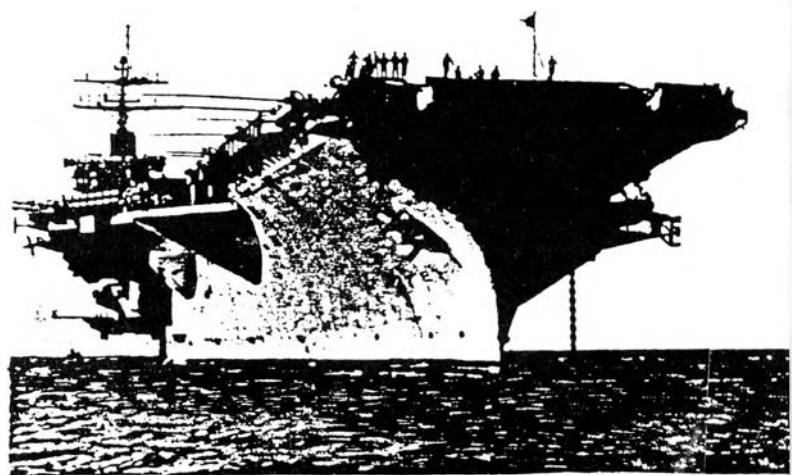
1. Consideraram que a causa argentina é justa.
2. Consideraram que se deveria buscar uma solução pacífica para o conflito.

3. Consideraram que o fato de apoiar a Argentina não significava dar um apoio, um cheque em branco ao governo, e, tão pouco, significava esquecer os outros problemas.

Isto ficou muito claro nas declarações de igrejas protestantes, de grupos políticos, de agremiações sindicais, de comissões de direitos humanos, onde se dava ênfase ao fato de que o apoio à Argentina na causa das Malvinas não significava um apoio ao governo. Inclusive nas manifestações populares, como nas concentrações na Plaza de Mayo, manifestações essas auspiciadas pelo governo, ainda que apoiadas por outros grupos — manifestações não exageradamente massivas, mas significativas —, quando o Presidente mencionava o assunto das Malvinas havia sempre exclamações de apoio, etc. Entretanto, no momento em que o Presidente disse: "Porque eu, como representante dos argentinos" ... ocorreu uma vaia estrondosa e começaram a cantar canções e a gritar slogans do tipo "A ditadura militar vai acabar...", etc.

Assim sendo, não se pode confundir a solidariedade do povo argentino quanto às Malvinas como apoio ao governo.

Isto é, até certo ponto, a posição das igrejas. O que segue é uma questão de interpretação, interpretação difícil porque faltam dados suficientes e informações precisas. De toda a forma adianto algumas questões:





1. Porque foram ocupadas agora as Malvinas? Reconstituindo um pouco o que se pode imaginar pela pouca informação disponível é que a idéia de que se tinha que fazer alguma coisa nesse sentido já estava presente há bastante tempo. Era evidente que a Grã-Bretanha dilatava a discussão e anulava todo tipo de diálogo nos últimos dezessete anos, desde que as Nações Unidas colocaram a questão da soberania argentina sobre as ilhas. Creio que havia uma convicção não somente neste governo, mas já nos anteriores de que em algum momento se teria de provocar algo importante que acelerasse a discussão.

2. Por que neste momento? Bem, aqui sim tem-se que entrar em interpretações políticas. O governo estava numa situação crítica. Havia um sentimento popular muito forte de oposição. Dois dias antes tinha ocorrido uma manifestação operária que foi reprimida de forma muito violenta. Daí pode-se interpretar que esse momento foi escolhido como uma digressão política, ou como uma forma de se criar um fato positivo capaz de produzir um consenso popular. Esta é uma interpretação possível.

3. Por outro lado também se fala, inclusive em muitos jornais brasileiros, do propósito da Grã-Bretanha e Estados Unidos de constituírem uma base militar nas Malvinas. Parece que há evidências bastantes concretas de que existia tal plano que, por sua vez, para os setores argentinos mais nacionalistas, era um plano inaceitável.

Embora por esse momento houvesse boas relações entre Argentina e Estados Unidos, é importante lembrar que essas relações historicamente nunca foram boas. Assim procede a avaliação de que nas forças armadas argentinas existe um certo temor de que a instalação de uma base militar anglo-americana nas Malvinas significaria duas coisas:

- a) Do ponto de vista pelo qual os militares vêem as coisas, o ponto de vista geopolítico, significava que Argentina ficaria bloqueada; e
- b) do ponto de vista da recuperação das ilhas isto significaria que Argentina jamais as recuperaria se tal base fosse ali instalada.

Alguns analistas pensam que este foi um dos fatores que precipitaram a ação argentina.

4. Outra coisa a ser interpretada é a reação da Grã-Bretanha. Uma reação que também não é fácil de ser analisada. Uma reação tão violenta, tão inflexível. Os argumentos ingleses, de que não se pode permitir a um governo militar que faça o que quereira, que quebre as leis internacionais, são argumentos que nem as crianças podem aceitar. Que é preciso dar uma lição a um governo militar, ditatorial, tampouco pode ser aceito, também nem pelas crianças, pois o governo britânico como o governo norte-americano têm apoiado o governo argentino por todos os meios. Portanto, esta explicação não serve para nada. Que explicações, então?

A crise que o governo conservador está enfrentando é uma explicação possível. A honra ferida da Grã-Bretanha? Parece muito difícil que, no mundo em que vivemos hoje, a honra da Inglaterra valha um bilhão e meio de dólares, para não falar dos soldados. Mas estes contam menos ainda, porque são soldados contratados, escoceses, irlandeses e outros pobres que ganham a vida no exército. Não são, na sua maioria, os filhos daqueles que ordenam a guerra. Na verdade existem outros interesses de ordem militar, estratégica e inclusive de natureza econômica que fazem com que a intransigência inglesa se apresente assim.

Há todas estas considerações a serem levadas em conta para uma adequada interpretação dessa situação.

Uma última consideração que eu faria é que não somente as igrejas mas outros setores da sociedade argentina vêem essa situação como sumamente lamentável, penosa, com um desperdício enorme de recursos numa situação de crise econômica muito grande que vive a Argentina e que será necessariamente agravada, um desperdício de vidas humanas, de jovens que se somam a outros que também desapareceram e morreram nos últimos anos.

Porém, produzido esse fato, me parece que existem alguns elementos que precisam ser resgatados dessa nova situação criada. Não em forma automática, evidentemente, mas que precisam ser resgatados de todo esse processo.

Um elemento importante neste novo quadro é que a guerra acelerou o processo político argentino. Creio que esse conflito, não importa o seu desenlace, imprimiu um movimento irreversível ao processo político nacional. Isto pode ser visto como um dos fatores positivos emergentes dessa crise. Há um crescimento evidente do sentimento de participação popular que não mais poderá regredir à situação anterior.

Outro elemento importante, e aqui gostaria de ouvir de outros, é o fato da situação criada pela guerra ter posto em crise as relações da América Latina com os Estados Unidos. Este conflito tornou evidente o caráter das relações Norte-Sul e acentuou as contradições nas relações latino-americanas com os Estados Unidos. Isto é, desmacarou o papel dos Estados Unidos em relação à América Latina. Que vale a América Latina para os Estados Unidos? Em que se pode contar com os Estados Unidos? De que valem os tratados feitos com a nação norte-americana? Talvez que isso, que na Argentina se sente como uma coisa muito importante, seja, não em forma simbólica, um ponto de partida para novas relações dentro da América Latina e venha a modificar a relação desta com os Estados Unidos.

CONSELHO CONSULTIVO DE IGREJAS EVANGÉLICAS ARGENTINAS

A nossos amigos e irmãos da família ecumênica.

"A graça e a paz de Deus nosso Pai e de Senhor Jesus Cristo esteja convosco." (1 Ts 1.1)

Estamos enviando esta mensagem em meio à tempestade desta hora difícil que estamos vivendo como argentinos, porque nosso maior desejo é manter com as nossas Igrejas e organizações irmãs do mundo inteiro, canais sempre abertos de informação mútua e firmes laços de comunhão fraterna em Cristo Nossa Senhor.

Podemos imaginar a confusão de muitos de vocês ao tentarem acompanhar à distância e com um acúmulo de informações, rumores e interpretações de todo tipo, o processo que estamos vivendo. Essa confusão explica-se, entre outras muitas causas, por vários fatores: as imagens contraditórias que nosso país tem projetado para o mundo nas últimas décadas, a propaganda desencadeada por grandes interesses que muito astutamente se movimentam em meio ao conflito, assim como também o nosso silêncio desde o começo da presente crise.

Este nosso relativo silêncio até o momento foi devido, em grande parte, às expectativas criadas pela mediação do Secretário de Estado do governo norte-americano que acompanhávamos com atenção e oração constantes. Diante de seu aparente fracasso, ou pelo menos interrupção, e o acelerado desenvolvimento de acontecimentos que todos conhecemos, julgamos muito necessário tornar conhecido nosso pensamento e nossa posição em face do momento decisivo que vive nosso país, nosso continente e o mundo inteiro.

As ênfases poderão mudar no seio de nossas respectivas congregações e confissões mas, em termos gerais, poderíamos afirmar o seguinte:

1. Existe entre nós um firme reconhecimento da justiça que cabe a nosso país na causa do direito às Malvinas e das Ilhas do Atlântico Sul o que, por outro lado, já tem sido reconhecido nos mais altos foros internacionais.

2. Deploramos que, por uma péssima conduta do governo britânico no processo de

negociações com o nosso país em que estava envolvido e a surpreendente ação do comando das forças armadas argentinas, o caminho para uma solução pacífica do impasse tenha sido quebrado.

3. A partir deste momento, como cristãos e argentinos, vivemos uma íntima e não dissimulada tensão: entre o direito à recuperação de nossas ilhas (o que na grande luta latino-americana por uma genuína independência tem um profundo significado), nossa provada vocação para a paz e uma preocupação crescente pelas consequências imprevisíveis de um confrontamento armado.

4. Estamos conscientes de que dentro e fora de nossas fronteiras surgiu a pergunta sobre a razão e o momento de recuperar esses territórios que, por longos anos vínhamo reclamando, assim como também estamos conscientes de que a partir de princípios questionaram-se os motivos para as medidas absurdas tomadas e promovidas pelo atual governo da Grã-Bretanha. Lamentavelmente não temos conhecimento de todos os elementos que entraram em jogo nessas decisões, nem somos especialistas em política internacional para tentarmos fazer juízos apressados e absolutos. Acreditamos que todo este processo será matéria de longo exame e discussão, e cada governo será responsável perante Deus, perante seu povo e perante a história, das decisões tomsdas em tão delicada conjuntura. "Deus julgará o mundo com justiça e os povos com eqüidade" (Sl 9.8).

Em suma: como cristãos e como argentinos, não temos dúvidas quanto à justiça da causa da recuperação de nossas ilhas. E neste aspecto estamos identificados com a posição assumida pelo nosso governo. Isto não significa, de maneira alguma, o aval a outros aspectos de sua política que em reiteradas oportunidades rejeitamos sem ambiguidades. Temos certeza de que, superada a presente crise que nos encontra a todos como argentinos solidamente unidos, o governo deverá atender sem demora às exigências de nosso povo, de suas instituições mais representativas e de todas as Igrejas Cristãs; de uma imediata alteração de sua política sócio-econômica que tanto está afetando a vida e a saúde principalmente dos setores mais desprotegidos de nossa sociedade; de uma resposta longamente reclamada em torno do problema dos detidos-desaparecidos e dos detidos sem o processo judicial correspondente; de um retorno imediato aos canais constitucionais e democráticos, o que já não pode mais ser protelado.

Entretanto, deploramos muito sinceramente as últimas ações bélicas do governo da Grã-Bretanha que, longe de facilitarem, entorpecem e podem fazer malograr os esforços mais bem intencionados por uma solução pacífica do litígio.

Deploramos igualmente a atitude de potências européias — algumas das quais pareciam estar-se comprometendo com algumas das causas mais justas da humanidade — apoio a atitude colonialista do governo inglês, que já não pode ser aceita nem justificar-se no mundo moderno e menos ainda em nossa concepção cristã da vida e da história.

Acreditamos, por outro lado, que, se a informação sobre o litígio em torno das ilhas do sul fosse mais objetiva e menos tendenciosa, outra teria sido e seria a atitude de povos amigos e irmãos face a este doloroso acontecimento. Anima-nos, pelo menos, a compreensão e a solidariedade recebidas das Repúblicas Latino-Americanas em resposta a recentes apresentações do chanceler argentino perante o Conselho de Segurança da ONU e a Assembleia de Chanceleres da OEA, apresentações que consideramos essencialmente válidas e moderadas, embora não isentas de firmeza.

Formulados estes esclarecimentos que esperamos possam ajudá-los a compreender nosso pensamento, nossas agonia e nossas esperanças, confessamos que só nos resta confiar no Senhor e naqueles organismos e governantes, os quais, com genuíno afã de justiça, estejam dispostos a nos ajudar a deter um processo bélico que ameaça a vida de britânicos e argentinos, colocando em sério risco a paz regional e mesmo mundial. Assusta-nos pensar que a Grã-Bretanha, os Estados Unidos ou qualquer outra potência nuclear possa chegar ao uso de armas atômicas ou gases letais para aniquilar povos como os nossos, essencialmente pacíficos e que nunca saíram de suas fronteiras para realizar conquistas territoriais ou para estabelecer domínios coloniais em terras alheias. Perguntamo-nos se nossos irmãos cristãos, particularmente da Europa e da América do Norte, pensaram no que isto poderia significar como antitemunho de nações que se vangloriam de sua tradição cristã e de sua defesa da vida e dos valores humanos.

Por isto, rogamos-lhes meditarem seriamente sobre todos estes assuntos que expusemos de maneira a mais franca possível; rogamos-lhes manterem consigo uma permanente vigília de oração ante Aquele que através de Jesus Cristo quer "quebrar os arcos de guerra, falar paz às nações e estender seu senhorio de mar a mar" (Zc 9.10); e rogamos-lhes também multiplicarem urgentemente seus esforços e gestões para deterem uma escalada que a nosso entender está assumindo caracteres de demência.

No Senhor, Criador de céus e da terra, que nos redimiu por Jesus Cristo com bondade imerecida, cremos; em seu juízo e sua justiça, confiamos; e a seu amor, do qual nada nem ninguém poderá nos separar jamais, nos apegamos.

Nós os saudamos com amor fraternal em Cristo, o qual é a nossa Paz e a nossa esperança eterna.

Luis Parrila
Secretário dos Discípulos de Cristo

Frederico J. Paguna
Presidente da Igreja Evangélica Metodista Argentina

Rodolfo R. Renich
Igreja Evangélica do Rio da Prata

Humberto Reyes
Igreja Reformada Argentina

Norberto Bertú
Igreja Valdense

Raul Denuncio
Igreja Evangélica Luterana Unida

Carta dirigida ao CEDI

MISSIONÁRIOS ESTRANGEIROS NO PERU SE PRONUNCIAM SOBRE A GUERRA PELAS ILHAS MALVINAS

Por se constituir numa ameaça para a paz internacional, a guerra pelas Malvinas tem despertado uma profunda preocupação em todo o mundo.

Somos missionários no Peru, originários da América do Norte e da Europa. Saímos de nossos países para anunciar o Reino de Cristo entre os povos marcados pelo colonialismo e a dominação provocados e mantidos por nossos países de origem neste subcontinente. Fomos acolhidos pela Igreja latino-americana, a mesma que em Medellín definiu a paz como obra da justiça e que renovou, faz três anos em Puebla, sua opção preferencial e solidária com os pobres. Nossa trabalho de evangelização nos setores do Peru e nossa identificação com suas aspirações e projetos de libertação e dignidade humana nos apelam a denunciar a guerra pelas Ilhas Malvinas que a médio e a curto prazo repercutirá de maneira alarmante sobre suas condições de vida.

Por um lado, Inglaterra, América do Norte e Europa invocam convênios internacionais e alianças históricas para justificar sua intervenção e participação no conflito com um instrumental bélico superior e um boicote econômico de real gravidade. Basea-

dos em seu poder material, os países poderosos do norte querem, assim, impor sua vontade, uma vez mais com absoluta prepotência sobre os países pobres do sul desse continente. O comportamento do governo norte-americano de Reagan é particularmente eloquente. Depois de décadas de propaganda sobre a unidade continental, de culto formal à Organização dos Estados Americanos, etc., não vacilou em optar diplomática e militarmente contra um país latino-americano.

Por outro lado, no caso da Argentina, deve-se distinguir entre o governo militar atual e a imensa maioria do povo. Inúmeráveis pessoas deste povo e defensores de sua causa foram assassinados, torturados e exilados sob a ditadura militar, e padece de verdade sua autoridade enquanto governo. Os crimes cometidos e a crescente pauperização das massas originada por sua política econômica não permitem disfarces. Entretanto, estes fatos não podem invalidar nem relativizar o legítimo direito do povo argentino sobre as Ilhas Malvinas, susten-



tado há mais de cento e cinquenta anos. O conflito atual está, além disso, cobrando um alto custo em vidas humanas pela vontade prepotente já mencionada da Inglaterra, que não deseja negociar nada antes de uma vitória militar total.

A fome, a mortalidade infantil, o desemprego, os salários de miséria, as moradias precárias, a falta de serviços médicos e educacionais parecem não pesar, quando, por motivos geopolíticos, as nações poderosas defendem suas posições, esquecendo um passado e um presente que explicam o

incremento de suas riquezas à custa da pobreza do Terceiro Mundo.

As Nações Unidas não conseguem se libertar da pressão política que exercem dentro delas os países poderosos, tão pouco podem fazer prevalecer a Declaração Universal dos Direitos Humanos, esta sim, que procura e defende a paz como obra da justiça, mas não dispõe de força real para seu cumprimento.

As gerações jovens, nos países do Norte e do Sul, não podem senão recusar desiludidas uma política que resolve os conflitos com os velhos métodos de guerras regionais, continentais e mundiais; as reservas de recursos morais e humanos se escasseiam frente às reservas em armamentos.

Ocorrendo a guerra no Atlântico Sul entre nações que se consideram cristãs, evidencia-se além disso como a fé em Cristo perde vitalidade e coerência quando o que se defende realmente são bens econômicos ou interesses políticos. A linguagem da parilha, da renúncia, do serviço, do direito à vida, da dimensão social de toda propriedade não aparece de forma alguma hoje para essas nações em conflito.

O problema ao redor das Malvinas desembocou assim numa guerra vergonhosa. No debate sobre a mesma, quase que não se mencionam as dívidas contraídas pelo colonialismo britânico, não se toca na revisão do poder explorador das empresas transnacionais. Por outro lado não se insiste na implantação de sistemas de participação democrática que superem a ditadura argentina atual. Não se menciona neste caso a exigência de criar uma nova ordem econômica mundial, sempre tão falada.

Nós, missionários cristãos acolhidos pelo povo peruano, cremos que os homens e as mulheres de boa vontade que ainda guardam a esperança numa humanidade fraterna se converterão aos pobres que lutam e afirmam seus projetos de justiça e igualdade. Constatamos que no meio dos pobres da cidade e do campo, no Peru e em todos os países do mundo, se pratica um novo poder, o do amor e da solidariedade. Eles oferecem às Igrejas seu potencial evangelizador, e, às nações, critérios para anunciar algo novo: relações humanas em justiças.

Frente à linguagem real, legal e brutal que atica a guerra pelas Ilhas Malvinas preferimos mover-nos com a força histórica da utopia, caminhar com a esperança encarnada e ativa dos pobres do mundo.

Fazemos um apelo às comunidades cristãs de nossos países de origem para resgatarmos do tesouro da fé e do Reino de Cristo razões e forças para construir a justiça e a fraternidade entre os povos.

Lima, 29 de maio de 1982
(Seguem-se mais de 100 assinaturas)



OS BISPOS CATÓLICOS DOS ESTADOS UNIDOS E O DESARMAMENTO NUCLEAR

O Arcebispo J. Bernardin, presidente da Comissão de Bispos para a Guerra e a Paz, dirigiu-se aos Bispos dos Estados Unidos durante a reunião de 18 de novembro de 1981. O apoio majoritário conferido ao relatório pelos bispos presentes tornou-o um documento importante dos Bispos Católicos dos Estados Unidos na busca da paz e do desarmamento. Apresentamos aqui o texto da palestra do Arcebispo Bernardin.

Existe de um modo geral na igreja hoje, uma grande preocupação com a corrida nuclear e com o perigo que representa para nós e para os outros. Em resposta a essa preocupação, os líderes da Conferência Nacional dos Bispos Católicos (CNBC) consideraram conveniente abrir algum tempo para uma apresentação falada de um relatório do trabalho da Comissão *ad hoc* de Guerra e Paz da CNBC. Como presidente dessa comissão, gostaria de partilhar convosco algumas das perspectivas desse trabalho, e de receber as vossas recomendações e os vossos pontos de vista sobre esta questão moral.

Nas notas que se seguem farei um retrospecto da origem da comissão, indicarei o escopo dos preceitos católicos no seio dos quais operaremos e examinarei alguns dos problemas que enfrentamos.

1. A ORIGEM E A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A comissão teve origem em uma resolução da reunião geral da (CNBC) em 1980. Após uma extensa troca de idéias entre os bispos sobre várias questões relativas aos desafios morais e pastorais colocados pelas hostilidades contemporâneas, votamos pela prossecução de um estudo que faria um retrospecto da posição da CNBC até então e apontaria uma diretriz para a conferência episcopal no futuro. À luz desta resolução o Arcebispo (John) Roach pediu-me que presidissem a comissão; os Bispos George Fulcher, Thomas Gumbleton, John O'Connor e Daniel Reilly aceitaram trabalhar comigo. Desejo expressar meu reconhecimento a cada um deles, uma vez que é evidente que levamos a cabo uma tarefa extremamente delicada e difícil. A comissão receberá as opiniões e o auxílio de Edward Duherty e do Irmão Bryan Heir .

Ele por sua vez serão auxiliados pelo Professor Bruce Russett da Universidade de Yale. O Professor Russett é professor de ciência política. Edita presentemente o "Jornal da Solução do Conflito", um dos jornais que lideram nos Estados Unidos a busca pela paz. Aporta qualificações excepcionais para esta tarefa. A comissão teve também o privilégio de ter a Irmã Juliana Casey do Imaculado Coração de Maria e o Padre Richard Warner da Sagrada Cruz de Cristo, da Liderança da Conferência das Mulheres Religiosas e da Conferência dos Principais Superiores dos Homens, auxiliando este trabalho.

A nossa comissão só começou a operar na última primavera. Tivemos dois encontros, e esboçamos uma lista de consultores abrangendo as áreas de estudos bíblicos, teologia moral, política de defesa e de perícia em estratégia bem como vozes católicas participantes de movimentos locais sobre a guerra e a paz. Recebemos as opiniões destas várias testemunhas nas nossas deliberações. O nosso relatório aos bispos, que proporemos à avaliação como carta pastoral da CNBC, estará pronto para a Reunião de novembro de 1982.

2. O ESCOPO DOS PRECEITOS CATÓLICOS

Como bispos fazendo uma análise moral-religiosa das hostilidades contemporâneas dentro da tradição dos ensinamentos morais Católicos, não começamos do nada. Como líderes religiosos em uma nação que possui um temível arsenal de poder destrutivo, somos também herdeiros de um corpo de ensinamentos morais da igreja universal, e nós próprios contribuímos para esses ensinamentos através de nossas declarações anteriores sobre guerra e paz. Além disso, temos à nossa disposição um corpo significativo de observações teológicas, bem como diversas contribuições particulares de bispos na nossa conferência durante os últimos anos. Durante os últimos meses, um número expressivo de bispos posicionou-se veemente e explicitamente sobre uma série de questões, particularmente sobre a escalada da corrida armamentista.

Uma revisão completa dos ensinamentos católicos sobre guerra e paz exigiria uma avaliação da literatura bíblica e patrística bem como contribuições significativas de cada período principal da teologia católica. Particularmente relevantes para o nosso trabalho, no entanto, são os ensinamentos papais e conciliares da era nuclear, que vão Papa Pio XII ao Papa João Paulo II.

A Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Moderno do Vaticano II tem um estatuto primordial dentre as declarações recentes, uma vez que traçou o escopo para o pensamento católico quanto às hostilidades contemporâneas. O texto conciliar conclamava a Igreja a empreender uma avaliação das hostilidades sob uma postura inteiramente nova, e fornecia um exemplo de qual devia ser essa postura. A Constituição Pastoral forneceu quatro contribuições fundamentais para o debate moral sobre a guerra e a paz.

Em primeiro lugar, na sua avaliação das armas científicas de destruição em massa, das quais as armas nucleares são o principal exemplo, expressou uma clara condenação. Condenou os ataques a centros civis ou áreas amplamente povoadas como crime contra Deus e contra a humanidade (parágrafo 80). Segundo, sustentou o direito à objeção de consciência, uma posição pacifista, a mais clara afirmação que já tivemos nos ensinamentos católicos. Terceiro, reafirmou o direito das nações a atos de legítima defesa, reconhecendo que alguns usos de força, sob condições específicas, podiam ser justificados. Quarto, levantou, mas não resolveu, as questões morais colocadas pela doutrina da dissuasão nuclear.

Eu afirmei que a Constituição Pastoral apontou o escopo do pensamento católico sobre a guerra nos últimos quinze anos. Não por uma ausência de outras declarações desde 1965, mas porque estas outras declarações refletem os pontos dos preceitos conciliares. Entre estas estiveram principalmente as mensagens do Dia da Paz de Paulo VI e de João Paulo II, a vigorosa declaração do Santo Padre às Nações Unidas em 1976 e a alocução de João Paulo II às Nações Unidas em 1979.

Os resultados teológicos e pastorais da Constituição Pastoral não produziram sequer um ponto de vista na Igreja, mas resultaram numa série de tomadas de posição correlatas. Observamos a emergência de uma corrente católica pacifista, atualmente fortalecida por uma autêntica relação de ensinamentos católicos. Observamos outros usarem as categorias morais tradicionais de imunidade não-combatente à medida que se ampliava o debate sobre o Vietnã e o debate sobre a política nuclear. Mais recentemente, na seqüência do texto conciliar, considerações sobre a posse de armas nucleares com objetivos de dissuasão, tornou-se uma questão central para muitos grupos na Igreja tanto nos Estados Unidos quanto na Europa.

À medida que estes desdobramentos se vêm expandindo na comunidade eclesiástica de um modo geral, a nossa conferência episcopal assumiu uma série de posições, de 1968 a 1980. Os textos principais foram as cartas pastorais, "Vida Humana nos Dias de Hoje" (1968) e "Para Viver em Jesus Cristo" (1976), juntamente com a declaração do Cardeal John Krol sobre SALT II para a Comissão de Relações Exteriores do Senado (1979) e do conselho administrativo para o "Relatório sobre Registro e Recrutamento" (1980). Nossas declarações refletiram o debate mais geral na Igreja, mas também contribuíram com questões-chave.

Discutimos questões com maiores minúcias do que em qualquer outra conferência episcopal.

Em "Vida Humana nos Dias de Hoje" e em declarações subsequentes em 1972 e 1980 cofirmamos a persistência da legitimidade do serviço na marinha como um serviço para a sociedade, mas também apoiamos o direito de objeção de consciência, de uma posição pacifista, e uma objeção seletiva de consciência, uma conclusão que se pode extrair da teoria da guerra justa. Estas três categorias têm uma relevância pastoral particular, uma vez que foram concebidas para auxiliar um indivíduo que se defronta com o serviço militar quer voluntário quer compulsório. Em "Para Viver em Jesus Cristo", fizemos nossa primeira repreensão explícita à posse de armas nucleares, sustentando que não apenas o uso mas também a ameaça de seu uso contra centros civis é errado.

A declaração do Cardeal Krol em 1979 apresentou uma avaliação mais detalhada da questão nuclear. Colocou três considerações morais que se interrelacionam. Em primeiro lugar, o imperativo moral básico é prevenir qualquer uso de armas nucleares sob quaisquer condições. Segundo, a declaração considera que a posse de armas nucleares na nossa política de dissuasão não pode ser justificada em princípio, podendo ser tolerada apenas se o esquema de contenção é utilizado para um progresso na limitação e redução de armas. O terceiro princípio, corolário do segundo, é o imperativo de que as superpotências persigam significativamente a limitação de armas, concentrando esforços numa redução substancial e um efetivo desarmamento. De fato, como colocado pelo Cardeal Krol, o ultrapassamento conjunto da fase de dissuasão nuclear e a proteção contra o perigo de destruição mútua devem ser a meta constante dos nossos esforços.

Este corpo de ensinamentos, juntamente com as observações teológicas que suscitou, fornecem-nos alguns princípios firmes e deixam-nos com algumas questões em aberto. Os ensinamentos do Concílio do Vaticano sobre a responsabilidade da consciência pessoal quanto à questão das hostilidades já teve efeitos na vida da Igreja, e convoca-nos a fornecer métodos efetivos de formação de consciência em assuntos de guerra e paz. O conselho levantou o problema da contenção e deixou-a exatamente para o tipo de debate que agora presenciamos na Igreja. A declaração do Cardeal Krol levou muitos a se perguntarem se o insucesso de mudança no sentido de uma limitação significativa de armamentos nos dois últimos anos produzirá uma nova avaliação da política de dissuasão por parte dos bispos. A nossa declaração de 1980 sobre o recrutamento exige-nos uma elaboração mais detalhada caso o recrutamento venha a se efetivar.

São precisamente estes problemas, e outros demasiado numerosos para mencionar, aqueles com que a comissão se defronta. O aceleramento da corrida armamentista intensifica a urgência moral de deter a atenção sobre estas questões. Deixem-me partilhar agora convosco algumas idéias em áreas particularmente preocupantes que serão seguramente alvo de vossas considerações.

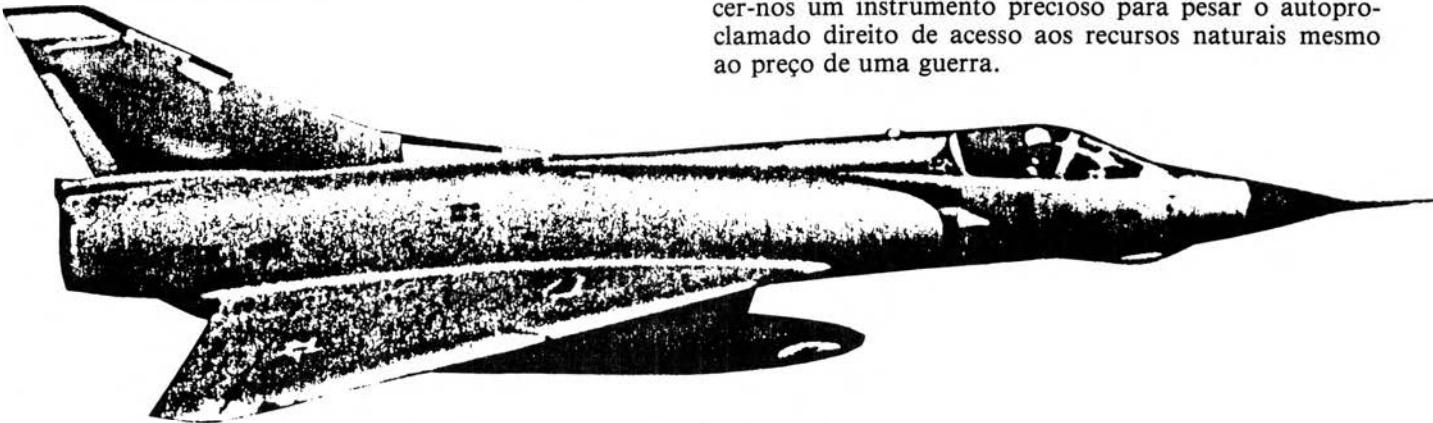
3. OS PROBLEMAS E AS QUESTÕES

O meu propósito nesta parte conclusiva é apresentar algumas questões que ilustram mas não pretendem esgotar a esfera das preocupações da comissão.

O primeiro problema é a necessidade de uma teologia positiva da paz. Grande parte da literatura moral tradicional almejava limitar a destrutividade da guerra; tal ensinamento moral foi e continuará sendo necessário. O impulso da Constituição Pastoral e da maioria dos textos papais dos últimos vinte anos, no entanto, convoca a uma abordagem mais abrangente e mais construtiva do problema da guerra e da paz. Isto está seguramente implícito na Segunda Fase do Vaticano para considerar a guerra com uma postura inteiramente nova. Devemos encontrar formas de convocar a comunidade cristã para ser o sinal e a fonte de paz na nossa sociedade.

Para desenvolver uma teologia de paz necessitaremos partir de diferentes fontes. A participação do pensamento pacifista não foi um ponto central na teologia católica durante muitos séculos. Não se deve simplesmente equacionar uma teologia da paz com uma posição pacifista, mas será necessário aprofundar a filosofia da não-violência e situar as nossas decisões.

Em segundo lugar, os limites rigorosos estabelecidos a propósito do uso da força na época moderna, pelos papas, de Pio XII a João Paulo II, devem ser reafirmados e suas implicações examinadas atualmente. Avaliando quais as razões, se porventura alguma pode justificar a utilização da força na época moderna, estaremos sendo seguidos a cada passo pela ameaça nuclear. Mas a nossa experiência com o tumulto moral provocado pela crise do Vietnã mostra a necessidade de uma avaliação de uso não-nuclear da força. Regularmente na última década a ameaça de um boicote do petróleo deu origem a propostas de que os Estados Unidos se preparam para uma luta convencional pelo petróleo. Algumas destas propostas parecem tomar como dado que a justificativa para empreender tais ações pelo petróleo ou por outros recursos naturais é evidente em si mesma. Numa época de inter-dependência, quando o acesso aos recursos naturais está sempre diante de nós, e quando os países em desenvolvimento assumem uma nova determinação no sentido de exercerem os seus direitos de soberania sobre os recursos naturais do seu território, as categorias tradicionais de justa causa, intenção correta e de devida autoridade para dar início ao uso da força podem ganhar um novo significado como meio de avaliar as propostas e intenções políticas na nossa sociedade. A consideração atenta dos problemas ligados à justa causa podem fornecer-nos um instrumento precioso para pesar o autopropagado direito de acesso aos recursos naturais mesmo ao preço de uma guerra.



A MORALIDADE DAS ARMAS ATÔMICAS: UMA DISCUSSÃO DA IGREJA DOS EUA

Os líderes da Igreja Católica Romana encontram-se preocupados numa discussão sobre a moralidade das armas atômicas.

Por um lado, alguns bispos como Terence Cooke (cardeal novaiorquino) afirma que as armas atômicas podem ser "moralmente toleradas, todas as vezes que o nosso país, com sinceridade, procure uma alternativa melhor junto a outras nações".

Por outro lado, outros bispos como Raymond Lucker (New Ulm, Minnesota) disse, em sua última mensagem natalina: "Isto não é Paz. É pecado. Um mundo, onde a ameaça de destruição nuclear permanece como método de chantagem não é um mundo de Paz".

Neste mesmo sentido se expressou o Bispo Leroy Matthiesen (Amarillo, Texas) fazendo uma analogia entre escravidão e armas nucleares: "O imperativo moral dos EUA presentemente, em relação com as armas nucleares é comparável à escravidão do século XIX apesar das dificuldades econômicas. É necessário terminar com a fabricação de armas nucleares".

E conclui fazendo um apelo aos técnicos de projetos nucleares para que reconheçam o dilema moral semelhante ao que muitas das nações que se beneficiaram da escravidão tiveram que enfrentar.

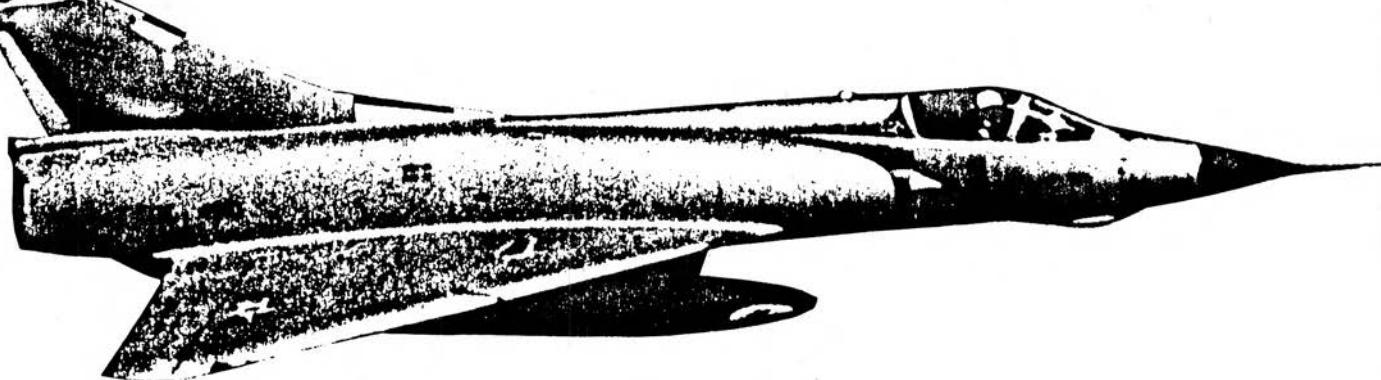


Embora ambas, uma teologia da paz e um exame da guerra convencional, sejam questões difíceis, será provavelmente o problema moral da guerra nuclear a tarefa que se apresentará para a comissão como mais desafiadora.

Primeiro, os Estados Unidos foram os primeiros a desenvolver armas atômicas e de hidrogênio e utilizaram armas atômicas com consequências tão terríveis que Paulo VI e João Paulo II disseram que nunca se pode permitir que isso aconteça de novo. Tanto como católicos quanto como americanos carregamos a responsabilidade de garantir que este primeiro uso nuclear haja sido também o último.

Segundo, os Estados Unidos estão entre os países que mais se concentraram no desenvolvimento de armas nucleares de grande precisão. A nossa segurança nacional foi crescentemente construída em torno destas armas.

Terceiro, nos últimos anos a estratégia nuclear dos Estados Unidos aumentou a nossa esperança na dissuasão pela grande quantidade de declarações desejosas de uma



“limitação” das guerras nucleares, apesar de muitos conhecedores do assunto duvidarem seriamente de que esses limites possam ser mantidos.

Quarto, como eu havia mencionado, a posição assumida pelos bispos americanos levanta problemas desafiadores sobre a política dos Estados Unidos. A dificuldade, após tantos anos, de uma limitação efetiva de armamento, a crescente disposição oficial em aceitar a utilização de armas nucleares e a adoção de sistemas de comando e controle altamente aperfeiçoados, que podem intensificar o ímpeto na direção do uso automático de nossas armas caso a dissuasão falhe, tudo torna mais manifesta a necessidade de pesar a política existente. Realizar essa avaliação, de forma adequada e com credibilidade, é talvez a tarefa que se coloca para a comissão como mais difícil.

É importante mencionar que as autoridades da Holanda, Alemanha e Inglaterra, em resposta a diversas preocupações suas, estão conduzindo inquéritos sobre estas questões de política nuclear. Seria altamente desejável a manutenção de contatos através do nosso estudo.

É também importante mencionar que, ao incubir-nos deste projeto, estamos perfeitamente cientes de que as tensões presentes não são apenas efeito da política dos Estados Unidos. Nitidamente, o enorme desenvolvimento de armas nucleares e convencionais perseguido pela União Soviética nos últimos anos teve enorme participação na intensificação do perigo presente. O dever de uma ação moralmente responsável falta do mesmo modo a ambas as superpotências. Mas se dirigimos nossa atenção parti-

Como educadores, devemos também preocupar-nos com a qualidade do debate público. A Igreja deveria trazer para este debate, os melhores argumentos que possam ser reunidos pela razão. Mas, por trás disto deveríamos trazer convicções que nos ajudem a manter uma perspectiva diante de um problema tão preocupante quanto a guerra nuclear. Devemos estar convictos de que algumas ações jamais devem ser empreendidas mesmo em caso de sobrevivência; que há limites para a argumentação de que, porque os nossos oponentes estão pensando em alguma coisa, nós também devemos estar preparados para fazê-la. É necessário lembrar-nos de que, como americanos e como povo de fé, devemos ter os nossos próprios princípios, estar preparados para viver segundo eles e, na fé, aceitar as consequências dessa atitude.

Finalmente, o nosso estudo, ainda que de teor político e moral, é uma manifestação de responsabilidade eclesiástica. Por vivermos numa das superpotências nucleares somos chamados a um testemunho sob forma precisa. A ordem criada está ameaçada pela guerra nuclear. Nós que acreditamos ser responsáveis pela vida e pela criação, não seus senhores, devemos utilizar toda a percepção religiosa e moral que possuímos para prevenir um perigo contra aquilo que Deus criou, que poderemos destruir mas nunca recriar. A importância da nossa tarefa deve ser julgada através da nossa consciência desta responsabilidade. Devemos aprender a avaliar a guerra sob uma postura inteiramente nova.

(IDOC — outubro, novembro, dezembro, 1981)

cularmente para os Estados Unidos, isto se deve simplesmente a que somos cidadãos americanos e temos o direito e o dever de nos dirigirmos ao nosso governo.

O propósito dos nossos esforços neste estudo é cumprir o nosso papel como educadores considerando um problema de enorme importância para a vida humana na nossa época. O nosso objetivo será falar primeiro com a Igreja. Quanto a isto, a nossa meta deve ser não apenas estabelecer claramente os preceitos da Igreja em conflito nucleares mas encontrar vias e meios de levar estes preceitos às nossas paróquias, púlpitos e escolas.



A palavra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

INDÚSTRIA BÉLICA E ENERGIA NUCLEAR

Documento aprovado pela Vigésima Assembléia Geral da CNBB, de 9 a 18 de fevereiro de 1982, em Itaici.

1. A Pontifícia Academia de Ciências terminou sua recente Declaração sobre as consequências do emprego das armas nucleares com esta frase categórica: "Se não falarmos, nos arriscamos a trair a nós próprios, nos arriscamos a trair nossa civilização", (7, 8 de outubro de 1981)."

2. Nós, os Bispos do Brasil, unidos ao Santo Padre, o Papa, em suas declarações repetidas em favor da Paz e do desarmamento recolhemos igualmente as apreensões hoje expressas por políticos, cientistas e pelo povo, que, freqüentes vezes, se manifestam nas mais diversas partes do mundo.

3. O medo da destruição da vida humana por uma guerra nuclear ou por conflitos sucessivos começa a acordar as consciências e a exigir medidas adequadas para sustar a proliferação de armas de todos os tipos.

4. Exatamente, no momento em que se noticia que o mundo inteiro começa a pôr em dúvida a promoção da paz, através da corrida armamentista, a CNBB vem propor algumas reflexões, com o intuito de colaborar com o Povo do Brasil para a preservação da paz:

5. I — Reconhecemos, com o Santo Padre, que "o cristão, quando se dedica a combater e prevenir todas as formas de guerra, não hesita em recordar, em nome de uma elementar exigência da justiça que os povos têm o direito e também o dever de proteger, com meios proporcionados, a sua existência e a sua liberdade contra um injusto agressor" (Mensagem do Papa João Paulo

II para a celebração do Dia Mundial da Paz, 1/1/1982, nº 12)."'

6. Na mesma mensagem, João Paulo II, no entanto, também convocou os cristãos todos a consagrar o melhor de suas energias à Paz, "dom de Deus, confiado aos homens". (ib. 11).

7. II — Neste momento, publica-se, dentro e fora do País, que o Brasil ocupa o quinto lugar na produção e exportação de armas. Concorre desta forma para acelerar a corrida armamentista, sobretudo no terceiro mundo, tão castigado pela fome e as doenças. Já nos advertia o Profeta Oséias: "Confiaste nos teus carros e na multidão de teus guerreiros. Portanto, entre teu povo se levantará o tumulto da guerra". (Oséias 10. 12-14).

8. Antes que tal aconteça, pedimos aos responsáveis pela fabricação e venda de armas: revejam sua posição.

9. "Se queres a Paz prepara a Justiça", costumava repetir Paulo VI. E o Presidente Dwight D. Eisenhower, após a terrível experiência da II Guerra Mundial e como um dos protagonistas dela, pôde advertir o mundo, em 1953: "Cada arma fabricada, cada belonave lançada, cada foguete disparado, significa, no final, um roubo àqueles que padecem fome e não têm o que comer, àqueles que estão nus e não têm o que vestir".



10. Nossa exortação de pastores ao Povo se baseia na palavra do próprio Deus: "O Senhor julgará entre muitos povos e corrigirá nações poderosas e longínquas: converterão as suas espadas em relhas de arados e suas lanças em foices" (Miquéias 4. 3.).

11. Que os recursos de guerra sejam, na medida do possível, empregados na educação, na saúde, na indústria, na lavoura, na construção e nas demais necessidades presentes da população.

12. III — No final, não podemos deixar de acrescentar uma palavra sobre a produção de energia nuclear:

13. Não discutimos se ela vem ou não a desempenhar papel preponderante na construção do mundo de amanhã.

14. No entanto, é bem visível que o mundo de hoje mais se amedronta do que se encoraja com ela.

15. O chanceler brasileiro, Ramiro Saraiva Guerreiro, tentou interpretar, cremos nós, o pensamento da maioria do nosso Povo, quando declarou na Trigésima Sexta Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, abril de 1981: "O risco de uma guerra não diminuiu, e a segurança de nenhum país aumentou". Em seguida, conclamou ele os povos à "cooperação internacional para a melhoria de condições de vida dos povos".

16. Novamente nos sentimos pois no dever de apelar a todos os responsáveis e à nação inteira, para concentrarmos a atenção sobretudo em três pontos:

17. a) que seja garantida, por todos os meios, a aplicação pacífica da energia nuclear a ser produzida no Brasil;

18. b) que haja as maiores garantias contra os acidentes já tantas vezes registrados em outros países bem mais avançados que o nosso. Igual cuidado se proporcione ao tratamento do lixo atômico, tão altamente nocivo à vida humana e ao meio ambiente;



19. c) que as decisões sobre a produção e a aplicação da energia nuclear no Brasil sejam revisadas pelos representantes do povo e por todos os que possam dar contribuições científicas, sobre sua real necessidade, levando-se ainda em conta o clamor do povo quanto à localização de usinas e quanto às propriedades dos gastos nacionais.

20. Ao divulgarmos o presente apelo, imploramos sobre todos os brasileiros a proteção de Cristo que nos trouxe o Evangelho da Paz (Ef. 6.15).



RESOLUÇÃO CONTRA A GUERRA NUCLEAR

Associação Americana
de Psiquiatria Social.

Considerando que, num congresso internacional recente, reconhecidos "experts" em assuntos internacionais e militares concordaram que, a menos que as tendências atuais não sejam urgentemente invertidas, as chances são de quatro em cinco de que uma guerra nuclear destruiria a civilização na próxima década.

E, considerando que, apenas uma única bomba de um megaton explodida sobre Nova Iorque, Washington, Chicago, Nova Orleans ou qualquer outra cidade grande:

. Demoliria todas as estruturas e exterminaria noventa por cento de todas as pessoas dentro de um raio de seis quilômetros e meio (incluindo aquelas nos chamasdos abrigos de bombas através de calor ou asfixia) e queimaria, cegaria ou aleijaria sessenta por cento das outras pessoas ao alcance da onda inicial de ar altamente comprimido e dos ventos de quatrocentos e oitenta quilômetros horários criados pela mesma;

. Criaria uma vasta bola de fogo que incineraria veículos, fundiria estradas, queimaria casas e espalharia devastação e morte por dezenas de quilômetros em torno do grau zero;

. Geraria uma nuvem tipo cogumelo que espalharia, através do vento, radioatividade tóxica ou letal para áreas distantes;

. Mataria ou incapacitaria de sessenta a oitenta por cento de todos os médicos, enfermeiros e ajudantes dentro das áreas acima e, devido a quase total destruição das facilidades clínicas, prejudicaria sensivelmente o atendimento do pessoal médico restante, para com os sobreviventes muti-

lados, queimados, aleijados e emocionalmente desesperados, os quais desesperadamente necessitariam de ajuda;

. Condenaria pelo menos sete das dez crianças e cinco dos dez adultos que sobreviverem aos efeitos (síncope, vômitos severos, epistaxis, diarréia sanguinolenta, etc.) de quatrocentos rems de radiação beta ou gama, ao desenvolvimento de leucemias, diminuição da resistência à infecção, distúrbios neurológicos e malignidade do fígado e trato gastro-intestinal; e também;

. Destinaria seus descendentes a formar grupos geneticamente anormais.

E, considerando que os Estados Unidos e a União Soviética têm, no momento, para pronta explosão, mais quarenta mil bombas atômicas de fissão e de hidrogênio — fusão variando em um poder destrutivo de mil a milhões de vezes maior do que aquelas jogadas sobre Hiroshima e Nagasaki.

E, considerando que, apenas um quinto dessas armas nucleares, sem contar aquelas também mobilizadas na Grã-Bretanha, França, Índia e China, ou outras que estão sendo montadas em outros lugares, poderia envenenar indefinidamente todos os alimentos e água, inundar as zonas costeiras de trezentos pés de profundidade através da fusão dos picos das geleiras polares, alterar o clima do mundo através da destruição do ozônio atmosférico e de várias outras formas tornar nosso planeta inhabitável exceto, talvez para umas poucas espécies de insetos imunes a ultravioleta e à radiação.

E, considerando que, uma sensação de perigo iminente de destruição já está criando

uma profunda ansiedade subjacente em todos os homens de sentimentos, e, pode, diretamente ou através do caos econômico, ser contribuinte para uma incidência crescente de desassossego, desordens sociais, conflitos éticos e escalonada violência.

Portanto, esta *Associação*, (Associação Americana de Psiquiatria Social) como alta prioridade, exercerá todo esforço para evitar uma catástrofe nuclear.

Através de campanhas educacionais sobre suas consequências calamitosas e irreversíveis.

Exercendo toda influência disponível naqueles que tomam decisões governamentais ou militares as quais podem salvar nossa civilização através de medidas racionais de resolução de conflitos ou causar incalculáveis sofrimentos e morte.

Através de cooperação com outras organizações éticas ou humanitárias similarmente dedicados a preservar a humanidade em seu tempo mais crítico de toda a história.

Esta resolução Contra Guerra Nuclear foi endossada pelas seguintes organizações profissionais: Forum da Associação Americana de Psiquiatria, Associação Americana de Psiquiatria Social, Associação Mundial de Psiquiatria Social, Associação Médica Americana e outras entidades. As adesões podem ser dirigidas ao Prof. Dr. Jules H. Masserman, 8th Michigan, Ave. Chicago Illinois — 60603 — USA.

GRADIVA, n. 16 — Órgão da Sociedade de Psiquiatria Analítica de Grupo — RJ